

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CURSO DE TURISMO**

LUIS CLAUDIO FERREIRA TORRES

**PRAÇAS D. PEDRO II, MATRIZ E REMÉDIOS:
PRODUTOS TURÍSTICOS**

MANAUS

2018

LUIS CLAUDIO FERREIRA TORRES

**PRAÇAS D. PEDRO II, MATRIZ E REMÉDIOS:
PRODUTOSTURÍSTICOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Turismo da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: ProfºDr. Rafael Ale Rocha

MANAUS

2018

LUIS CLAUDIO FERREIRA TORRES

PRAÇAS D. PEDRO II, MATRIZ E REMÉDIOS: PRODUTOS TURÍSTICOS.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Grau de Bacharel em Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e aprovado, em sua forma final, pela Comissão Examinadora.

Aprovado em 19 / 06 / 2018.

Nota Final = 9,6

BANCA EXAMINADORA

RAFAEL ALE ROCHA, Profº Dr.
(Universidade do Estado do Amazonas - UEA)

RICARDO DE ALMEIDA BREVES, ProfºMSc.
(Universidade do Estado do Amazonas - UEA)

MARIA HELENA FONSÊCA, Profª Esp.
(Universidade do Estado do Amazonas - UEA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, “in memoriam”, a minha mãe Lindalva Gomes Ferreira e, ainda, aos meus irmãos, bem como a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha jornada enquanto acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todos os momentos maravilhosos em minha vida. Por todos os momentos felizes e por que não os tristes? Muitas coisas aprendi, muitos valores guardei e muitas vitórias conquistei.

Agradeço “in memoriam” a minha mãe, Lindalva Gomes Ferreira, pela minha existência e pelos ensinamentos recebidos.

Agradeço a todos os professores, principalmente àqueles que de modo irreversível abriram os meus olhos e transformaram a minha maneira de ver o mundo. Assim, a todos os professores, aos quais sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho envolve as praças de Manaus localizadas no Centro Histórico da cidade, tendo como delimitação as Praças D. Pedro II, da Matriz e dos Remédios. Quanto ao seu desenvolvimento, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que teve como suporte obras de autores que abordaram o tema, merecendo destaque Otoni Mesquita, Durango Duarte, Etelvina Garcia, Margarita Barreto, Maria Evany do Nascimento dentre outros. Por meio desses autores, buscou-se a valorização das praças supracitadas que integram os diversos momentos históricos desde a fundação da cidade de Manaus, valorizando-as historicamente, bem como demonstrando seu valor no que se refere à identidade local. Quanto ao conteúdo, este é apresentado em cinco capítulos que englobam, de forma abreviada, os temas relacionados ao Patrimônio, Patrimônio Cultural, Turismo Cultural, breve histórico da cidade de Manaus, conceito de praça pública, as praças acima mencionados com seus respectivos entorno, onde são destacados os monumentos e prédios de valor histórico e, por fim o Roteiro Turístico cujo percurso inicial tem como ponto de partida a Praça D. Pedro II, Praça da Matriz e, finalmente, a Praça dos Remédios. A conclusão deste trabalho, envolvendo as Praças D. Pedro II, da Matriz e dos Remédios, cria um produto turístico - Roteiro, objetivando despertar no morador local o desejo de pertencimento, identidade local, bem como a preservação e valorização do patrimônio histórico da cidade de Manaus.

Palavras-chave: Praça, Identidade, Identidade histórica

ABSTRACT

This work involves the squares of Manaus located in the Historical Center of the city, having as delimitation the D. Pedro II, Matriz and Remédios Squares. As for its development, we opted for the bibliographic research, which had as support works by authors who approached the theme, deserving mention Otoni Mesquita, Durango Duarte, Etelvina Garcia, Margarita Barreto, Maria Evany do Nascimento among others. Through these authors, it was sought the valorization of the aforementioned squares that integrate the various historical moments since the founding of the city of Manaus, valuing them historically, as well as demonstrating their value with regard to local identity. As for the content, this is presented in five chapters that cover, in a brief way, the themes related to Patrimony, Cultural Patrimony, Cultural Tourism, historical brief of the city of Manaus, concept of public square, the squares mentioned above with their respective surroundings, where the monuments and buildings of historical value are highlighted, and finally the Touristic Route whose initial route starts from D. Pedro II Square, Matriz Square and, finally, Remédios Square. The conclusion of this work, involving D. Pedro II Square, Matriz Square and Remédios Square, creates a tourism product – Guide/Itinerary, aiming to awaken in the local resident the desire of belonging, local identity, as well as the preservation and valorization of the historical patrimony of the city of Manaus.

Key words: Square; Identity, Historical identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IAPETEC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas

IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOMAM – Lei Orgânica do Município de Manaus

MUHMA – Museu Histórico de Manaus

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da cidade de Manaus	28
Figura 2: Polo Industrial de Manaus (PIM)	29
Figura 3: Faturamento do PIM: 1988-2010	30
Figura 4: Praça Dom Pedro II: 1893	39
Figura 5: Vista aérea da Praça D. Pedro II	40
Figura 6: Chalet de Ferro – Praça D. Pedro II	42
Figura 7: Chafariz em bronze – Praça D. Pedro II	42
Figura 8: Paço da Liberdade: passado	43
Figura 9: Paço de Liberdade: presente	44
Figura 10: Feira do Paço	45
Figura 11: Palácio Rio Branco	46
Figura 12: Inscrições nas laterais da entrada principal – Palácio Rio Branco	46
Figura 13: Esculturas femininas em bronze que guarnecem a entrada principal - Palácio Rio Branco	46
Figura 14: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte de Cargas	47
Figura 15: Anúncio do Hotel Cassina	48
Figura 16: Hotel Cassina	49
Figura 17: Hotel Cassina- Ruínas	50
Figura 18: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)	51
Figura 19: Catedral Metropolitana de Manaus (Igreja da Matriz): passado	52
Figura 20: Catedral Metropolitana de Manaus (Igreja da Matriz): presente	53
Figura 21: Chafariz (Igreja da Matriz) /Placa de Identificação	53
Figura 22: Prédio da Alfândega (Porto de Manaus)	54
Figura 23: Porto de Manaus	55
Figura 24: Relógio Municipal	56
Figura 25: Obelisco	57
Figura 26: Igreja Nossa Senhora dos Remédios	59
Figura 27: Sagrado Coração de Jesus.....	60
Figura 28: Placa fixada no pedestal da estátua do Sagrado Coração de Jesus	60
Figura 29: Escola Universitária Livre de Manaós	61
Figura 30: Feira Municipal Manaus Moderna	62
Figura 31: Ficha Roteiro Histórico	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO	17
1.1. Patrimônio Cultural	18
CAPÍTULO II - TURISMO CULTURAL	21
CAPÍTULO III - BREVE HISTÓRICO DE MANAUS	24
3.1. O Centro Histórico de Manaus	30
3.2. Tombamento do Centro Histórico de Manaus	32
CAPÍTULO IV - PRAÇA PÚBLICA: CONCEITO	36
4.1. Praça como Monumento de Identidade	37
4.2. Praças do Centro de Manaus	38
4.2.1. Praça D. Pedro II	38
4.2.1.1 Monumentos significativos da Praça D. Pedro II	41
4.3. Conjunto Arquitetônico do entorno da Praça D. Pedro II	43
4.3.1. Paço da Liberdade	43
4.3.1.1 Feira do Paço.....	44
4.3.2. Palácio Rio Branco	45
4.3.3. Prédio do IAPETEC	47
4.3.4. Hotel Cassina	48
4.3.5. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	51
4.4. Praça da Matriz.....	52
4.4.1. Prédio da Alfândega – Porto de Manaus	54
4.4.2. Relógio Municipal	56
4.4.3. Obelisco / Placa de Identificação	57
4.5. Praça dos Remédios	58
4.5.1. Escola Universitária Livre de Manaós	61
4.5.2. Feira Municipal da Manaus Moderna	62
CAPÍTULO V – ROTEIRO HISTÓRICO	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

O espaço público não se reduz a uma divisão simples entre urbano e rural, ou então urbanizado e periférico. O estudo a ser desenvolvido está relacionado à questão das praças D. Pedro II, Matriz e Remédios, localizadas no Centro Histórico da cidade de Manaus, quanto valorização histórica da gênese da cidade.

De acordo com Cruz, as praças representam um suporte para as relações sociais, tornando-se um espaço condicionado e também condicionante para as atividades que são desenvolvidas nesses locais (CRUZ, 2000 apud Oliveira, 2006, p. 9).

Neste sentido, deve-se então relacionar as praças existentes no Centro Histórico de Manaus, no caso específico das praças supracitadas, enquanto produto turístico, dentro de um roteiro turístico para o Centro Histórico da cidade de Manaus.

E, ainda, descrever os monumentos existentes nesses locais, indicando-os como representantes da história do povo manauara, mesmo que seja uma imposição do Estado, como marcos legítimo e representante da história, por parte de uma elite dominante, conforme enfatiza Hobsbawn e Ranger “a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição ou repetição” (HOBBSBAN e RANGER, 1997, p. 12).

É relevante mencionar que as praças aqui representadas integram e fazem parte de diversos momentos históricos, desde a fundação da cidade, adentrando no período republicano e criação da Zona Franca até o momento que passam a fazer parte do patrimônio histórico-cultural da cidade de Manaus.

Quanto à urbanização da cidade, os espaços criados devem ser bem organizados e planejados, produzindo uma estrutura urbana onde a construção de praças proporcione a interação entre os diversos logradouros.

Quanto à cidade de Manaus, essa urbanização ocorrida no auge da economia gomífera, segundo artigo de Santos Júnior foi:

“um período de remodelação de Manaus e trouxe novos olhares sobre a cidade, uma redefinição da identidade com representações diferenciadas dos outros espaços por parte de seus próprios habitantes especialmente suas autoridades e elites”.

As praças quanto produto turístico devem ser vistas como elemento de integração, envolvendo não só a comunidade, mas também o turista, pois essa integração é capaz de criar um produto que historicamente liga o cotidiano da cidade ao interesse do turista.

Entretanto, em Manaus, de acordo com a obra *A Ilusão do Fausto*, para os administradores da época, a transformação do espaço público se processou como uma preocupação de mostrar ao mundo o progresso material da cidade em decorrência do ciclo da borracha (Dias, 2007, p.71).

Logo, este trabalho justifica-se pela pressuposição de que todas as cidades têm um patrimônio em comum, que são as praças. Esses locais, além do propósito de encontro social, têm a sua própria história quanto marco histórico de determinado local. Como exemplos podemos citar roteiros criados para as Praças da Liberdade (região Centro-Sul de Belo Horizonte) com seu circuito cultural, a Praça de Mayo (Argentina), considerada como centro histórico e político e palco de celebrações, protestos e reclamações e a Praça da Paz Celestial (Pequim) que foi palco, em 1989 do episódio conhecido como “Massacre da Praça da Paz Celestial”.

Dentro de um contexto histórico, tendo como referência as últimas décadas do século XIX e primeira do século XX, período marcado por inúmeras construções, aberturas de ruas, avenidas e praças que engrandeceram o patrimônio da cidade de Manaus, tornando-se marco da história de criação e desenvolvimento da cidade, quanto à problemática, buscou-se, no caso específico deste trabalho, responder “O que pode ser feito para divulgar as praças do Centro Histórico de Manaus e seus monumentos enquanto produto turístico?”

Em resposta à problemática proposta, após a coleta e seleção dos dados, criou-se um Roteiro Histórico envolvendo as Praças D. Pedro II, Matriz e Remédios, visando proporcionar ao turista e, principalmente, ao morador local conhecer um pouco mais sobre a história de formação da cidade de Manaus através das praças supracitados e seus monumentos.

Quanto à sua relevância acadêmica e profissional, este trabalho visa à valorização das praças enquanto produto histórico, numa tentativa de despertar no morador local a ideia de pertencimento e, ao mesmo tempo, a preservação desses logradouros como marco da criação e desenvolvimento da cidade de Manaus. Socialmente, o objetivo é permitir ao indivíduo, ser social, conhecer um pouco mais

acerca da história da cidade, estabelecendo uma conexão da realidade atual com o passado.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo principal contribuir para a valorização das praças selecionadas dentre as que compõem o Centro Histórico da Cidade de Manaus, através da formatação de um produto turístico que envolva a comunidade, partindo de um objeto geral que irá:

- descrever as praças existentes no Centro Histórico de Manaus; e
- relacionar as praças do Centro Histórico de Manaus com o estudo do turismo cultural

Busca-se, ainda, como objetivos específicos:

- Identificar as praças existentes no centro histórico de Manaus, bem como seus monumentos, valorizando-os como atrativos turísticos quanto sua importância histórico-cultural;
- Destacar o papel histórico das praças quanto espaço de interação;
- Contribuir para o processo de conscientização, valorização da História da cidade; e
- Criar um roteiro para visitação a esses logradouros.

Para atingir o objetivo proposto de contribuir com o processo de valoriza o dos logradouros enquanto marco histórico da cidade de Manaus, o trabalho será dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo versa sobre o Patrimônio, a origem do termo e sua evolu o no decorrer da história moderna, incluindo o Patrimônio Cultural e sua legisla o, bem como os órgãos responsáveis pela promo o, tombamento e conserva o desse patrimônio no Brasil.

O segundo capítulo aborda o Turismo Cultural e sua legisla o.

O terceiro capítulo faz um breve histórico da cidade de Manaus quanto à origem do bairro Centro, abordando ainda o tombamento do Centro Histórico de Manaus.

O quarto capítulo apresenta o conceito de praça, seu papel histórico, referindo-se às praças localizadas no Centro Histórico de Manaus – Praça D. Pedro II, da Matriz e dos Remédios – que integrarão o Roteiro Turístico.

O quinto capítulo é dedicado ao Roteiro Turístico destinado ao morador local e também ao visitante.

METODOLOGIA

Quanto à natureza da pesquisa, esta é de natureza qualitativa, onde foi feita a elaboração de uma avaliação e estudo histórico e prático-visual na observação das praças de Manaus. Neste estudo, realizado a partir das observações e de documentos históricos disponíveis em órgãos governamentais, os quais serviram de base argumentativa para que se demonstre a viabilidade do produto histórico que as praças da cidade têm em valor agregado para o turismo.

De acordo com Lakatos e Marconi, na obtenção de dados podem ser utilizados os procedimentos conhecidos como pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 158).

Quando se classifica a pesquisa, tem-se a possibilidade de melhor organização dos fatos e conseqüentemente o seu entendimento. A pesquisa, quanto ao trabalho apresentado, classifica-se como exploratória e descritiva, onde se objetiva proporcionar ao final uma base sólida argumentativa conclusiva, uma vez que os resultados vieram pelo delinear da pesquisa.

Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que a pesquisa exploratória proporciona mais informações sobre o assunto a ser investigado, e seu planejamento flexível permite o estudo do tema sob os diversos ângulos e aspectos.

Complementando o conceito acima, Gil descreve que na pesquisa exploratória, tem-se um planejamento que tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2010, p. 27).

Quanto à pesquisa descritiva, ela vai apenas registrar e descrever os fatos observados sem interferir neles e envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (SILVA, 2004, apud PRODANOV; FREITAS, 2012, p. 49-52). Entretanto, Gil entende que a pesquisa descritiva quando serve ao propósito de proporcionar uma nova visão do problema e a aproxima da pesquisa exploratória (GIL, 2010, p. 28).

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica tem como suporte autores que abordam a historicidade da cidade de Manaus, merecendo destaque as obras “Manaus, referências da História” de Etelvina Garcia, “Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)” de Otoni Mesquita, “Manaus entre o passado e o presente” de Durango Duarte e “La Belle Vitrine Manaus: entre dois tempos (1980-1900)” de Otoni

Mesquita, bem como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.

De acordo com Lakatos e Marconi, “a pesquisa bibliográfica [...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema [...]” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 182).

Quanto à utilização da pesquisa bibliográfica, Gil menciona que:

“A pesquisa bibliográfica é elaborada com base no material já publicado [...], inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como disco, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet” (GIL, 2000, p. 29).

A temática da pesquisa prende-se ao valor turístico que as praças possuem, a partir da história de formação do local, onde se utilizará todas as formas de pesquisa textual em livros, revistas e demais meios de publicação e veiculação de trabalhos acadêmicos.

Quanto à coleta de dados, teve como suporte a documentação constituída em papel e a consulta a documentos eletrônicos, acessíveis nos mais diversos formatos e que, dentro do possível, buscou-se acessar documentação que tenha como estudo temas relacionados às praças e localidades, consultando-se as várias literaturas relativas ao referido assunto, entre os quais documentos institucionais, obras de valores históricos quanto à criação da cidade e monumentos ligados a essa historicidade, incluindo-se os materiais iconográficos (fotos e imagens), que servirão para embasamento e construção do plano de interpretação e resposta aos objetivos gerais e específicos desta pesquisa.

Lakatos e Marconi afirma que é na coleta de dados que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas, a fim de efetuar a coleta de dados previstos (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 165).

Dentro desse contexto, entende que o caso em estudo tratará da análise da viabilidade turística das praças D. Pedro II, Matriz e Remédios enquanto produto turístico e como se trata de um estudo qualitativo e não probabilístico, não será necessária realização de pesquisa quantitativa de qualquer tipo ou forma.

No que concerne à etapa de análise dos dados, essa se processa após a manipulação dos dados obtidos.

Análise é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser “estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc.” (FERRARI, 1974, p. 178).

Quanto à etapa da análise dos dados, foi realizada uma classificação histórica das praças, levando-se em consideração o tombamento do Centro Histórico de Manaus, merecendo destaque as Praças D. Pedro II, da Matriz e dos Remédios, devido à importância histórica desses logradouros e sua contribuição para a formação de uma identidade histórica ao longo dos tempos.

CAPÍTULO I

PATRIMÔNIO

Quando se fala em patrimônio, a primeira ideia que surge é: “conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem” (BARRETO, 2000, p. 9). E, conseqüentemente, nos vem a ideia de bens deixados a terceiros ou ato relacionado à herança, algo deixado ou transmitido para futuras gerações.

Etimologicamente, patrimônio provém do latim *patrimonium* (pater = pai e nomium = valor reconhecido) e refere-se aos bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos (BARRETO, 2007, p. 101). Nesse sentido, o patrimônio, na antiguidade, representava um conjunto de bens suscetível passado de pai para filho.

Entretanto, o conceito de patrimônio vai além do mencionado acima, ou seja, deve ser entendido como conjunto de bens pertencentes a um determinado país e deve ser visto sob o ponto de vista natural e cultural. De acordo com Barreto temos que “o Patrimônio Natural representa as riquezas que estão no solo e subsolo, incluindo as floresta quanto as jazidas e que o Patrimônio cultural tem seu conceito ampliado à medida que se revisa o conceito de cultural” (BARRETO, 2000, 9).

Desta forma, quando se observa as primeiras legislações acerca do assunto, percebe-se que o patrimônio assume um conceito bem mais amplo, passando a ser entendido como um conjunto de bens de natureza material ou imaterial que possuem um caráter cultural e histórico, que diretamente está associado à história de um povo ou de uma comunidade, conforme descrito no Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, patrimônio é definido como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Barreto menciona que o patrimônio quando transformado em monumento passa a ser considerado um mediador entre o passado e o presente (BARRETO,

2000, p. 10), ou seja, nesse contexto, ele passa a ser um elemento de identidade de um povo, servindo como estímulo à manutenção da identidade histórica.

Corroborando com a ideia apresentada acima, Silva afirma que “a perda de um bem cultural acarreta a perda do conhecimento a ser transmitido para as futuras gerações” (SILVA, 2012, p. 43).

Modernamente, entende-se que o patrimônio representa um conjunto de bens materiais que, relacionado à identidade, à cultura ou passado de uma coletividade, é transmitido de geração a geração. Assim, percebe-se que o conceito de patrimônio não existe de forma isolada, mas a partir do momento que estar relacionado a algo a ser transmitido a gerações futuras e que denote valor histórico ou identitário.

1.1 Patrimônio Cultural

Barreto menciona que, de acordo com a Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em 1972, o Patrimônio Cultural passou a ser constituído por monumentos, conjunto de edificações e sítios (obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos) (BARRETO, 2002, p. 12).

No Brasil, a preocupação com o Patrimônio é resultado da criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), decorrente do Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979.

Entretanto, a Constituição Federal Brasileira de 1946 destacava em seu Artigo 174 que era dever do Estado o amparo à Cultura, determinando ainda em seu Parágrafo único que a lei seja promotora da criação de Instituto de Pesquisas, de preferência juntos aos estabelecimentos de ensino superior.

Na sequência, o Artigo 175 determinava que as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, fiquem sob a proteção do Poder Público.

No âmbito federal pode-se verificar que a Constituição de 1988 proporcionou um grande avanço quanto à proteção do patrimônio, no sentido de que estabeleceu

e ampliou as competências, regulamentação e fiscalização quanto às práticas de preservação do patrimônio. Outro fato marcante foi ter atribuído à administração municipal um papel mais significativo, bem como permitir a participação da população nesse processo de preservação do patrimônio (§ 1º do Art. 216- CF).

Entretanto, para falar sobre patrimônio cultural na cidade de Manaus, deve-se conhecer o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituição responsável pelo tombamento em âmbito federal, criado no governo Vargas com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), conforme a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937:

Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Ao SPHAN, de acordo com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, cabia promover, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional, ou seja, proteger o patrimônio artístico e histórico brasileiro, valorizando-o como forma de preservar a identidade e a memória da nação:

Art. 1º - Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A transformação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ocorre no ano de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8.534, de 02 de janeiro de 1946:

Art. 1º O Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a constituir a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde.

Em 1970, por meio do Decreto nº 66.967, de 27 de junho de 1970, o SPHAN passa a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em decorrência do Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira, o Instituto, para alcançar melhor os seus objetivos, teve que se instalar em todas as

capitais do país, sendo que hoje se encontra dividido em 27 (vinte e sete) superintendências, com diversos escritórios técnicos espalhados pelo Brasil.

De acordo com Dantas no Artigo intitulado “O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo”, a constituição do atual IPHAN foi autorizada pela Lei nº 8.029/1990, que foi efetivamente constituída através do Decreto no 99.492/1990 e sua natureza jurídica autárquica foi explicitada pela Lei no 8.113/1990 e disposto no Decreto nº 6.844/2009, especificamente no seu artigo 1º do Anexo I:

Art. 1º - O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, autarquia federal constituída pela Lei no 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 99.492, de 3 de setembro de 1990, com base na Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Cultura, tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, jurisdição administrativa em todo o território nacional, e prazo de duração indeterminado (DANTAS, 2013, p. 223-243).

CAPÍTULO II

TURISMO CULTURAL

Desde os primeiros registros da humanidade existem referências sobre os deslocamentos do homem de um lugar a outro. E esses deslocamentos, na linguagem cotidiana, são entendidos como um quase sinônimo de viagem. Nesse contexto, pode-se afirmar que essas viagens foram impulsionadas pela necessidade, por vontade de conhecer novas terras ou por prazer.

De acordo com a história do turismo:

“as viagens de interesse cultural nasceram na Europa sob a égide do renascimento italiano, quando a aristocracia se deslocava interessada em conhecer os sítios históricos e arqueológicos que inspiraram artistas como Michelangelo e Da Vinci e depois às próprias cidades que forma o berço do movimento artístico [...] O público da grand tour eram os aristocratas, nobres e burgueses da própria Europa e também das Américas, pessoas que tinham disponibilidade de tempo e recursos para investir nessas viagens culturais” (MTur, 2010).

Desta forma, pode-se afirmar que a busca por cultura continua a ser uma das principais motivações das viagens que ocorrem em todo o mundo, incluindo os mais variados destinos.

Quanto às atividades turísticas, Barreto especifica que “podem ser agrupadas em turismo motivado pela busca de atrativos naturais e também por busca de atrativos culturais”. Dessa forma, entende-se que, segundo Barreto, o Turismo Cultural é toda forma de Turismo cujo principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana (BARRETO, 2000, p. 19).

Logo, o Turismo Cultural tem como característica a busca de conhecimento, conforme enfatiza Isaac dizendo que “algumas pessoas são fortemente motivadas no sentido de aprender mais sobre uma determinada cultura, sendo esse desejo o principal motivo para visitar um destino” (ISAAC, 2008, p. 18). Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que o Turismo cultural é uma das formas mais práticas para se adquirir conhecimentos e, ao mesmo tempo, vivenciar novas culturas, novos hábitos.

Para Marujo o turismo pela sua essência e natureza, implica uma procura pelas diferenças que são projetadas pela cultura material e imaterial. Assim, toda viagem turística é uma experiência cultural (MARUJO, 2014, p. 2).

Logo, pode-se resumir que o Turismo Cultural é um dos segmentos turísticos que gera motivação para viagens de interesse próprio e compreende o Turismo Cívico, Religioso, Místico e Esotérico, Étnico, Cinematográfico, Arqueológico, Gastronômico, Enoturismo, Ferroviário. Para Vaquero (2006, p. 21) “a cultura torna-se objeto de consumo de massas e o turismo cultural constitui uma manifestação do consumo e cultura de massas”.

Essa procura por cultura tem levado, de um lado, a um crescimento do turismo urbano, e, dentro deste, a uma procura por turismo histórico, artístico e cultural (BARRETO, 2000, p. 22).

Como o próprio nome diz, o turismo urbano está associado ao espaço da cidade, envolvendo, principalmente, a arquitetura, os monumentos ou os parques. Quando se fala em parques, subentende-se que as praças de valor histórico estão inseridas nesse espaço. Logo, esse segmento está consolidado na ideia de turismo, cidade e cultura.

Quanto ao turismo cultural, pode-se observar que o interesse pelo segmento independe da situação socioeconômica, mas caracteriza-se pela formação do visitante no que se refere à formação, escolaridade e histórico cultural (BARRETO, 2000, p. 27).

Segundo Carvalho, o crescimento do turismo cultural, em diferentes contextos e escalas espaciais, constitui uma resposta às características e mudanças da sociedade pós-moderna e, também, representa um sinal de esperança, para os destinos que apresentam relevância patrimonial (CARVALHO, 2010, p. 126).

A partir de uma efetiva funcionalidade do produto turístico, dentro do segmento turismo cultural, percebe-se que relação entre os espaços e a memória coletiva, vai “Além da questão identitária, uma vez a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local” (BARRETO, 2000, p. 47).

Quanto às viagens culturais, pode-se afirmar que há além da valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura, há também a manutenção desses bens como símbolos de memória e de identidade.

De acordo com Barreto, na década de 1980, 44% dos turistas tinham como prioridade conhecer um novo lugar e 48% compreender a cultura. Entretanto, na década de 1990, esse percentual apresentou uma grande evolução, demonstrando que 88% priorizaram compreender a cultura (BARRETO, 2000, p. 21-22).

Dentro desse contexto, cabe ressaltar que:

“considerando-se o volume global das viagens realizadas no Brasil, estimada em 225 milhões de viagens domésticas em 2007, calcula-se que o segmento de Turismo Cultural mobilize diretamente pelo menos 28 milhões de viagens por ano no Brasil. [...] Outro aspecto interessante é que as viagens cuja motivação principal é a cultural, a proporcionalidade maior está entre os grupos que apresentam maiores rendimentos” (MTur, 2010).

Desta forma, pode-se considerar o turismo cultural é responsável pela preservação da história e da sociedade que se formou a partir dela, proporcionando assim uma interação com a comunidade local.

CAPÍTULO III

BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE MANAUS

No que se refere à sua origem, a cidade de Manaus surgiu ao redor do Forte de São José do Rio Negro (1669), localizado onde hoje é o centro da cidade. O local apresentava um pequeno número de casarios: a igreja primitiva, a casa do vigário, a do comandante e outras mais. As ruas eram estreitas, sinuosas e mal iluminadas com tochas de banha de tartaruga (GARCIA, 2005, p. 21).

Ainda, de acordo com Garcia, em 1787, a Manaus então nomeada como Lugar da Barra era uma povoação de 301 (trezentos e um) moradores, sendo 243 índios, 47 brancos e 11 pretos escravos. A cidade se encontrava dividida em dois bairros, um onde se situava as casas do vigário e do comandante e, outro, a igreja antiga (hoje Igreja da Matriz) (GARCIA, 2005, p. 23).

Entretanto, a 24 de outubro de 1848, através da Lei nº 147, a vila de Manaus foi elevada à categoria de cidade, adotando o nome de Barra do Rio Negro. Somente oito anos depois, através da Lei nº 68, de 04 de setembro de 1856, a cidade recebeu o nome oficial de Manaus (GARCIA, 2005, p. 37).

Em 1850, de acordo com Lourenço Araújo, a cidade era cortada por três igarapés e apresentava três bairros, merecendo destaque o dos Remédios, de onde se podia avistar a cidade, que apresentava uma praça, dezesseis ruas, casas que eram cobertas de telhas, sendo poucas de construção sólida, e os sobrados em número diminutos (apud MESQUITA, 2009, p. 116).

Entretanto, em 1873, de acordo com relatos do cônego Francisco Bernardino de Souza, a cidade possuía mais de vinte ruas, onze travessas, três estradas, sete praças e apresentava 494 (quatrocentas e noventa e quatro) casas, sendo 255 (duzentas e cinquenta e cinco) cobertas com telhas e 239 (duzentas e trinta e nove) com palhas. Dentre as primeiras construções mencionadas havia 18 (dezoito) sobrados, e o comércio era constituído por 49 (quarenta e nove) casas comerciais. Outra observação importante do cônego Francisco Bernardino era que a borracha ocupava o primeiro lugar entre os gêneros de exportação, seguido pelo pirarucu e outros produtos naturais (apud MESQUITA, 2009, p. 119).

Por volta de 1885, quando da passagem por Manaus, o engenheiro Ernesto Mattoso Maia Fortes, integrante da Comissão de Estudos da Estrada Madeira-Mamoré, relata que a cidade possuía cerca de oito a nove mil habitantes. Descreve, ainda, serem raras as “casas boas”, sendo as ruas em rampas mal calçadas. Nesse relato, um fato mereceu destaque aos olhos do engenheiro: a edificação da Igreja da Matriz, obra arquitetônica mais significativa da cidade, construída durante o período provincial, bem como as obras da Igreja dos Remédios, o Mercado e o Passeio Público (apud MESQUITA, 2009, p. 120).

Consta, ainda, no relato do engenheiro que a cidade apresentava oito a dez pontes sobre os igarapés. Outro fato marcante desse relato se refere ao custo de vida que, segundo o engenheiro, era extremamente alto e as casas eram muito caras, assim como os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Ainda em seu relato, o engenheiro critica o valor exorbitante gasto na construção de um teatro, cujas obras haviam sido iniciadas em 1884. Nesse período, a cidade ainda não dispunha de serviço de iluminação a gás, esgotos e águas encanadas. Quanto à iluminação da cidade, só em 22 de outubro de 1896 foi inaugurado o serviço de iluminação elétrica (apud MESQUITA, 2009, p. 175).

Garcia relata que:

“no ano de 1848 a província é elevada à condição de cidade, mas somente no período compreendido entre os anos de 1870-1880 ocorreram os investimentos públicos mais importantes, o que passa a gerar o patrimônio da cidade. Dentre esse patrimônio, pode-se destacar a construção do Paço Municipal em 1870 (hoje pertencente ao patrimônio público municipal), a inauguração em 1877 da nova Igreja da Matriz (Catedral de Manaus), bem como a construção do Gymnasio Amazonense, a edificação do pavilhão central do Mercado Municipal, além de ruas e praças que passam a fazer parte do cotidiano da cidade” (GARCIA, 2005, p. 53-54).

Ainda de acordo com Garcia, na década de 1880, fizeram-se aterros e desaterros, ligando os primitivos bairros de São Vicente, Remédios e Espírito Santos, implantou-se o sistema de abastecimento de água à cidade, iluminaram-se as vias públicas.

Na obra *a Ilusão do Fausto*, Dias menciona que “Manaus, a partir dos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX, não era mais a cidade descrita por tantas viajantes, onde na área urbana conviviam ricos e pobres, brancos e índios, mamelucos e mestiços”. Essa observação se deve ao fato que a partir de 1890, a cidade tem seu grande surto de urbanização, proporcionado pela acumulação de

capital advindo da economia gomífera. Ainda, de acordo com Dias, “a cidade espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração: a de classe” (DIAS, 2007, p. 27-28).

Essa nova configuração retrata uma Manaus moderna que Dias descreve da seguinte forma:

“A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração” (DIAS, 2007, p. 29).

Inegavelmente, a borracha quanto economia produtiva, proporcionou a Manaus a revitalização do seu espaço urbano, bem como redefiniu sua organização social. Entretanto, toda essa transformação só foi possível devido à imposição dos chamados Códigos de Conduta. Como exemplo, pode-se mencionar:

“O regulamento de 1899, para cobrança de impostos municipais de indústrias e profissões, que determinava que tipos de indústrias e profissões conforme poderiam ser exercidas na cidade e o valor das taxas a serem cobradas com a atividade a ser desenvolvida. Ficavam excluídas dessas cobranças as oficinas de artes, os lavradores e possuidores de fábricas e engenhos, pescadores de profissão, tripulantes de embarcações, jornalheiros e operários” (Dias, 2007, p. 35).

Pode-se falar que a fase da economia gomífera na Amazônia perpassa um dos principais momentos da história política brasileira, processando-se décadas após o advento da Independência, passando pelo Império e chegando até a Primeira República. Esse período de abundância do látex foi responsável por grandes alterações na região, materializadas nas ruas, avenidas e edificações ainda presentes no Centro Histórico de Manaus (RAMOS e GUIMARÃES, 2016, p. 161).

Desta forma, Manaus se tornou o centro de comercialização desse produto para o mundo, expandindo-se e atraindo riqueza, transformações culturais e sociais, conforme destaca Dias:

“No decorrer do século XIX, a borracha do Amazonas desponta no comércio internacional, passando a constituir, no decênio de 1901/1910, o segundo produto de exportação na balança comercial do Brasil, ao lado do café” (DIAS, 2007, p. 38).

Entretanto, essa economia próspera é abalada, de forma inesperada, quando ocorre o contrabando de sementes da seringueira para o sudeste da Ásia:

[...] os ingleses, através de Henry Wickham, conseguiram, trinta anos antes do apogeu da borracha, contrabandear 70 mil sementes de seringueira da Amazônia para Londres (especificamente para o Jardim Botânico Kew Garden) com o propósito de transplantar as mudas no sudeste da Ásia, região que possuía condições climáticas semelhantes ao clima Amazônico (RAMOS; GUIMARÃES, 2016, p. 175). [...]

De acordo com Bentes, mesmo vivenciando uma crise econômica decorrente do declínio do ciclo da borracha, a capital do Amazonas intensificou a dinâmica interna da cidade, passando a ocupar espaço que em muito contribuíram para a arrecadação de imposto e melhoria das condições de vida, criando vínculos de aproximação com a realidade dos subúrbios.

Essa mudança pode ser constatada pela construção das feiras municipais suburbanas do São Raimundo e da Cachoeirinha. As construções dessas feiras nos subúrbios da cidade serviram como exemplos bem interessantes dessa movimentação (BENTES, 2008, p. 159).

De certa forma, segundo Bentes, devido à falta de recursos, a crise foi responsável por adaptações arquitetônicas, ou seja, alguns prédios sofreram adaptações e ganharam novas finalidades: “Um caso típico dessa política foi a adaptação da antiga Casa de Detenção para o funcionamento do Instituto Pasteur de Manaus [...] inaugurado solenemente no dia 1º de janeiro de 1920” (BENTES, 2008, 178).

Assim, outras construções foram viabilizadas, tais quais:

“a construção da Chefatura de Polícia (1913 - 1914), o Quartel da Cavalaria da Polícia Militar; a construção de casas e a instalação do maquinário do Campo Experimental de Agricultura; o depósito de máquinas e materiais do Estado; a residência para os guardas do Reservatório da Castelhana, a casa de serraria do serviço de bombeamento de águas da Ponta do Ismael e a construção e montagem da estação radiotelegráfica do Palácio Rio Negra”, dentre tantas outras obras que vieram não só embelezar a cidade, mas também contribuir para que o estado retomasse suas atividades econômicas.

Com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Bentes relata ainda que:

Apesar da intensificação das tensões internacionais, a Amazônia passa por um relativo surto de valorização da borracha silvestre no

mercado internacional, ocorrendo uma nova realidade econômica que reacendeu o desejo de construir a cidade ideal. Nesse ínterim, a Prefeitura de Manaus voltou-se para a valorização da Diretoria de Obras, órgão responsável para o melhoramento e funcionamento da cidade quanto à estrutura das ruas e avenidas da cidade (BENTES, 2008, p. 128).

Historicamente, a cidade de Manaus registrou diversos momentos importantes de sua história, dos quais se pode destacar: a primeira fase econômica e social em decorrência do ciclo da borracha – última década do século XIX e a primeira do século XX; e uma segunda fase iniciada a partir de 1967, quando ocorre a implantação da Zona Franca de Manaus.

FIGURA 1: Vista aérea da Cidade de Manaus



Fonte: Instituto Durango Duarte

Assim, passado os tempos difíceis pós-crise do látex, Manaus reaparece no cenário nacional com a implantação e criação da Zona Franca de Manaus (ZFN), ocorrida no governo do presidente Juscelino Kubitschek, por meio do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que revogou a Lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957.

Art 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

De acordo com o Decreto-lei nº 288/67 que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957 e regulamenta a Zona Franca de Manaus e conforme relata Ramos e Guimarães, uma das finalidades da ZFN era implantar, no interior da Amazônia Ocidental, um centro comercial, industrial e agropecuário com condições mínimas para promover o desenvolvimento do Estado do Amazonas, atraindo empresas nacionais e multinacionais com o objetivo de criar um polo industrial para a produção de bens duráveis que o Brasil não fabricava (RAMOS E GUIMARÃES, 2016, p. 151).

FIGURA 2: Polo Industrial de Manaus (PIM)



Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/zona-franca-de-manaus-faz-50-anos-com-incentivo-centenario-21013725>> Acesso em 05/05/2018.

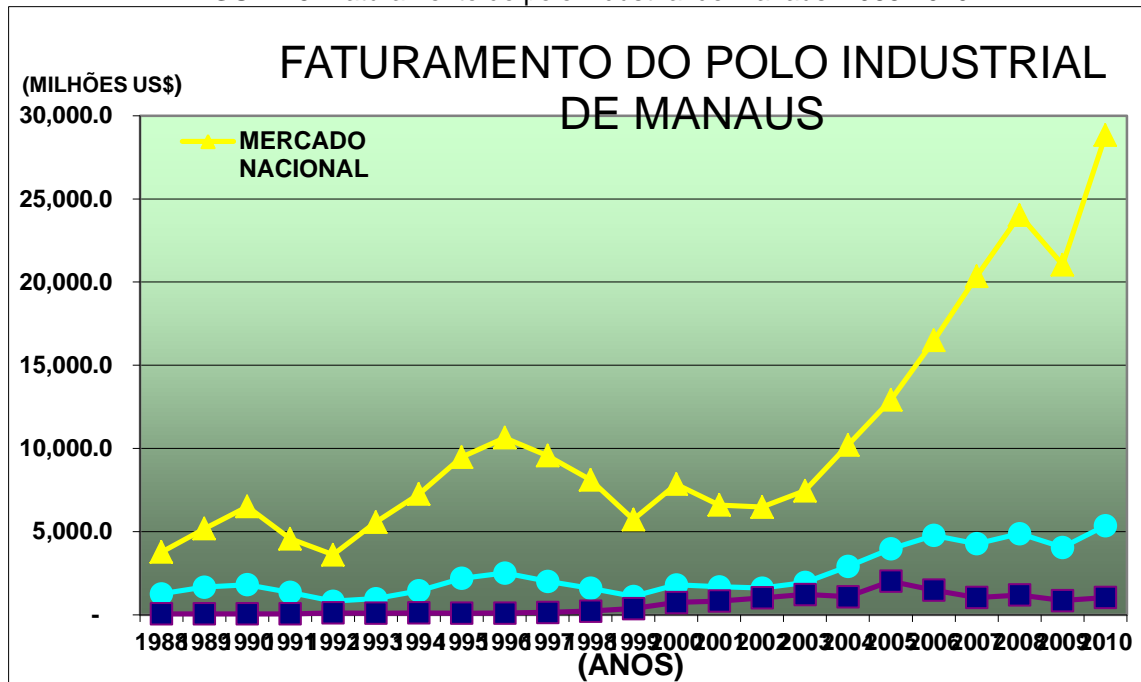
Desta forma, após a crise da economia gomífera, Manaus se transforma num grande centro de comércio, expressivo polo turístico doméstico e seu parque industrial ganharam competitividade e se inseriu na economia globalizada. A Zona Franca de Manaus é composta por três polos econômicos: industrial, comercial e agropecuário.

Segundo dados divulgados pela SUFRAMA, no primeiro bimestre de 2017, o Polo Industrial de Manaus (PIM) faturou R\$ 11,82 bilhões. Em dólar, o faturamento do bimestre foi de US\$ 3.81 bilhões. Quanto ao faturamento, em termos de volume de faturamento apresentado, merece destaque os televisores com tela de cristal

líquido, telefones celulares, motocicletas, condicionadores de ar do tipo split system, receptores de sinal de televisão relógios de pulso e de bolso e bicicletas.

Cabe ressaltar que, o ato de criação do Polo Industrial de Manaus (PIM), ocorreu em 1968, com o lançamento da pedra fundamental do Distrito Industrial.

FIGURA 3: Faturamento do polo industrial de Manaus: 1988-2010



Fonte: http://www.suframa.gov.br/zfm_indicadores_do_pim.cfm < acesso em 05/05/2018

Nesse contexto, de acordo com o IBGE, a capital do Amazonas voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico, ou seja, a população passa de 200 mil habitantes da década de 60, para 900 mil nos anos 80, em 2002 chega 1,5 milhão de habitantes, atingindo em 2010 1.804.014. Finalmente, em 2015, ainda conforme levantamento do IBGE, a população chegou a 2.057.711 habitantes.

3.1 O Centro Histórico de Manaus

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do estado do Amazonas nesse ano era de 3.483.985 pessoas. Na capital havia 1.802.014 habitantes e o Centro, como um dos bairros mais populosos, contava com uma população de 33.183 habitantes.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Manaus, o Centro Antigo compreende a área entre a “Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitando esse espaço, à direita, pelo Igarapé de São Raimundo e à esquerda, pelo Igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant” (NASCIMENTO, 2013, p. 13).

No Centro de Manaus encontra-se a maior parte dos prédios históricos: a Alfândega, o Teatro Amazonas, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, o Instituto de Educação do Amazonas (IEA), o Colégio Amazonense Dom Pedro II, o Palacete Provincial, a Catedral Metropolitana, a Igreja de São Sebastião, o Teatro da Instalação, a Academia Amazonense de Letras, a Estação Hidroviária do Amazonas, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa (Mercadão), o Palácio da Justiça, o Palácio Rio Branco, o Palácio Rio Negro, o Paço da Liberdade, a Biblioteca Pública, dentre outros. Além desse patrimônio, o centro dispõe, ainda, do maior número de praças de valor histórico: Praça D. Pedro II, Praça XV de Novembro (Praça da Matriz), Praça dos Remédios, dentre outras.

Todo esse patrimônio deve ser preservado e protegido. Quanto às melhorias e benfeitorias, o governo do Estado tem implementado programas de recuperação da cidade, mas especificamente do Centro Histórico, cujo processo de tombamento foi finalizado em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Um exemplo disso é o Projeto de Regeneração do Centro Antigo, merecendo destaque o conjunto arquitetônico e paisagístico do Paço da Liberdade, cujo projeto faz parte do Programa do Ministério da Cultura (Minc). Denominado “Projeto Monumenta”, executado com recursos da União, de estados e de municípios, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cooperação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da UNESCO, tem como objetivo a realização de cursos de restauro e eventos culturais, estimulando o desenvolvimento de atividades econômicas associadas aos centros históricos, fortalecendo as estruturas turísticas locais.

Assim, ao recuperar o Centro Histórico, preservar-se o passado e se mantém viva a história da cidade. A recuperação dessas referências e, sobretudo, o seu uso social são fundamentais para estimular a memória dos usuários e favorece as relações e os vínculos afetivos com a cidade, promovendo princípios de cidadania e autoestima na população (MESQUISTA, 2009, p. 24).

Dentro desse conceito de recuperação da cidade, é necessária uma preocupação com a relevância histórica das praças públicas, pois a história da cidade está materializada em sua arquitetura e em seus espaços públicos.

Mesmo com tantas transformações impostas a Manaus, parte do centro antigo ainda guarda exemplares significativos do conjunto arquitetônico que instiga a memória da população (MESQUITA, 2009, p. 23). De acordo com Mesquita, a manutenção desses locais garante às gerações futuras uma prova de que sua existência tem uma história que não pode ser contestada.

A manutenção, através da recriação dos espaços apoiados na memória coletiva, é o motor fundamental para o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura (BARRETO, 2002, p. 44).

Logo, a preservação da memória de um povo está diretamente relacionada à conservação de seu patrimônio cultural, que representa a história e precisa ser preservado, pois Silva menciona que:

“sem a devida preocupação em manter viva e preservada a história, a perda de um bem cultural acarreta a perda do conhecimento a ser transmitido para as gerações futuras, e essas preocupações devem envolver não só os bens considerados recursos naturais, mas os monumentos (SILVA, 2012, p. 43).

Desta forma, à preservação da identidade local de uma cidade, essa deve se tornar prioridade dos governos e autoridades, pois a identidade se relaciona com a imagem e cultura do local, possibilitando que os indivíduos se reconheçam sem esquecer o passado, ou seja: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva...” (Le Goff, 1990, p. 476 apud BARRETO, 2000, p. 43).

3.2 Tombamento do Centro Histórico de Manaus

É importante ressaltar que somente através do conhecimento e da valorização dos bens culturais é possível contribuir para o “despertar” do valor da preservação da história e da tradição local e regional, pois o patrimônio aguça o sentimento de pertencimento.

Desta forma, percebe-se que somente através da cultura é que as cidades podem ser individualizadas, acentuando-se sua identidade, fonte de significado e experiências de um povo. Pois, conforme descreve Barreto,

“a manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo ainda maior, que são a conservação e a recuperação da memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade” (BARRETO, 2000, p. 43).

Barreto afirma que “a manutenção (conservação e recuperação) dos bens tombados torna-se indispensáveis e possibilitam a própria afirmação da identidade da cidade, sendo um dos motores fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura” (BARRETO, 2000, p. 44).

Logo, a manutenção dos bens é de suma importância, pois só desta forma é possível preservar a originalidade da arquitetura e dos demais bens patrimoniais localizados em áreas públicas, sendo necessário sempre buscar requalificar esses espaços da memória coletiva e individual.

Nesse contexto, faz-se mister a criação de um roteiro turístico que envolva as Praças D. Pedro II, da Matriz e dos Remédios. Pois, com a execução desse produto turístico, seria possível recuperar a história desses logradouros, não se permitindo que a história da cidade seja esquecida por seus moradores, mas transmitida às gerações futuras.

Assim: “Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local” (BARRETO, 2002, p. 47).

Quanto à proteção do Patrimônio Histórico é necessária a implantação de políticas de preservação. Pois, segundo Barreto, preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por outra que lhe possa ocasionar danos, enquanto que conservar significa manter, guarda para que haja uma permanência no tempo (BARRETO, 2000, P. 15).

Ainda, de acordo com Barreto, a medida legal mais concreta para proteger o patrimônio é o tombamento. Esse pode ser executado pela União (IPHAN) ou pelas administrações estaduais e municipais que dispuserem de leis específicas.

Após o tombamento do bem, é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura ou administrações municipais, que disporá de leis específicas para proteger, resguardar e coibir quaisquer tipos de dano ao bem tombado. Entretanto, o

mais importante é fazer com que esse bem tombando seja integrado ao processo cultural, tornando-se um patrimônio público.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), há ainda o tombamento em escala mundial (Patrimônio da Humanidade).

É importante ressaltar que o tombamento além de preservar e recuperar, impede a destruição e a descaracterização dos bens tombados, mantendo-se a historicidade do local, pois de acordo com Barreto, “Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes locais” (BARRETO, 2000, p. 47).

No que tange à capital do Amazonas, além do tombamento do Centro Histórico, merece destaque o empenho das autoridades no tocante a preservação de outros bens de valor histórico para a capital, conforme relação anexa ao Decreto Municipal nº 7.176, de 10 de fevereiro de 2004, sendo dignos de destaque os considerados de preservação de 1º grau, que totaliza um total de 301 bens, sem contar que os de 2º ultrapassam 1000 bens.

Como exemplo de preservação de 1º grau, pode-se destacar conforme o Decreto nº 7.176/2004, a Biblioteca Pública do Estado (Rua Barroso, 57), o Prédio do Reservatório do Mocó (Praça Chile, s/nº) e, como de 2º grau, a Vila Rezende (Rua Alexandre Amorim, 193) e o Hospital da Polícia Militar (Rua Cândido Mariano, s/nº), dentre outros.

Percebe-se, ainda, que outras legislações se fizeram presente mesmo antes do tombamento do Centro Histórico de Manaus, tais quais: a Lei n 1.199, de 10 de setembro de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 3670, de 30 de novembro de 1976, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, a Lei nº 1.529, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas e cria o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, e a Lei nº 2.044, de 18 de outubro de 1989, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artísticos, paisagístico e cultural do Município de Manaus.

Quanto à proteção dos bens tombados, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Manaus (LOAM/1990):

Art. 22 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, e especialmente sobre os

assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito à proteção dos documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município (Inciso I, letra “b”, do Art. 22).

Ainda de acordo com a LOAM/1990, no inciso II do Artigo 332, ao município cabe a “Identificação, proteção, conservação, restauração, valorização e recuperação do patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e paisagístico do Município, inclusive obras de arte, objetos, documentos e imóveis”.

Dentro desse contexto, é necessário que todo espaço tombado deva ser convertido em museu a céu aberto, com a finalidade de contar a história da cidade. E, no caso específico do Centro Histórico de Manaus, o espaço preservado compreende as praças que além de produto turístico, segundo Barreto “o patrimônio deve permanecer público” (BARRETO, 2002, p. 16).

Desta forma, pode-se afirmar que somente através do conhecimento e da valorização dos bens culturais é possível contribuir para despertar no cidadão o valor de preservação da história, pois o patrimônio é capaz de aguçar o sentimento de pertencimento. E percebe-se ainda que somente através do conhecimento as cidades podem ser marcos de identidade histórico-cultural de um povo.

Assim, a manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo ainda maior, que são a conservação e a recuperação de uma certa memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade (BARRETO, 2002, p. 43).

Ainda, de acordo com Barreto, a recriação do espaço revitalizado, se bem realizada, apoia-se na memória coletiva e ao mesmo tempo a estimula, já que ela é o motor fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura (BARRETO, 2002, p. 44).

Quanto à preservação do Centro Histórico e suas praças, um fato merece destaque: conforme o censo de 2010, realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), dentre os 63 bairros oficiais de Manaus, o Centro é o 20º mais populoso, com uma população de 33.183 habitantes. É no Centro Histórico onde se encontram as principais praças de valor histórico para a cidade (IBGE).

Nesse contexto, com a execução desse produto turístico, de acordo com Barreto, “Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio, e este à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local” (BARRETO, 2002, p. 47).

CAPÍTULO IV

PRAÇA PÚBLICA: CONCEITO

Quando se refere à praça, cada indivíduo tem uma definição prática para esse local de congregação, de encontros e de relaxamento. Entretanto, ao longo da história, as praças sempre serviram de ponto de encontro para os moradores das cidades, verdadeiros espaços públicos de convivência.

De acordo com Duarte,

A origem das praças está vinculada às ágoras da Grécia – centros comerciais, administrativos e políticos das antigas polis gregas, onde eram discutidos assuntos importantes para a vida dos cidadãos. Das ágoras, derivaram o fórum imperial romano e as grandes piazze e praças das principais cidades europeias (DUARTE, 2009, p. 16).

Assim, sendo a praça é um lugar público, onde ocorrem as interações sociais, elas podem ser pensadas como patrimônio cultural. E, desta forma, deve-se considerar que é possível observar o desenvolvimento cultural de uma cidade através da existência de uma praça.

Partindo desse pressuposto, a Praça é um legítimo representante do patrimônio cultural. E, como patrimônio, nos permite identificá-la como memória social de um determinado povo.

No livro “Praças Brasileiras”, de acordo com os autores: “Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.17).

No Brasil, quanto ao surgimento das praças, Duarte menciona que elas começaram a surgir no entorno das igrejas, assim como as residências mais suntuosas e os prédios públicos mais relevantes. Enfim, tudo era construído próximo, pois tinham como objetivo servir, também, de elo entre a comunidade e as paróquias (DUARTE, 2009, p. 16).

De acordo com Duarte, apesar de sua relevância histórica, a praça, nos dias atuais, é um logradouro pouco valorizado dentro das grandes cidades, apesar do grande valor que tem, seja como elemento gerador e ordenador dos núcleos urbanos onde se inserem, seja pela riqueza social e cultural de que são portadoras. Como lugar público, a praça pode ser entendida como um dos espaços onde se

concretiza a cultura de uma comunidade e também como símbolo de uma identidade social.

Na Grécia antiga, como já informamos, o que se conhece hoje como praça recebia o nome de *Ágora*. Esse local era destinado para discussão e debate entre os cidadãos. Já no século XVIII, esse conceito perde seu significado e as praças passam a ser projetadas para ornar os entornos dos palácios europeus. Entretanto, no século XX, a praça ganha uma nova dimensão e passam novamente a ser um espaço aberto, com a função de integração e socialização: espaço aberto, público e urbano destinado ao lazer e ao convívio da população.

Nesse contexto, a praça tem a função de não só aproximar e reunir pessoas, mas também ser um elemento de fortalecimento de uma comunidade em prol de atividades culturais, econômicas, político e principalmente social.

No Brasil, apesar da reconhecida importância das praças enquanto espaço público responsável pelo desenvolvimento da cultura das cidades, percebe-se que, aos poucos, as praças em algumas cidades estão esquecidas e abandonadas, principalmente pela falta de manutenção e segurança. Assim, percebe-se que, “sem usuários, o espaço público perde seu significado” (ROBBA e MACEDO, 2002, p.49).

Logo, preocupar-se com a recuperação das praças é preocupar-se com as intervenções que irão influenciar o convívio social nesses logradouros da cidade.

4.1 Praça como Monumento de Identidade

Na antiguidade, as praças eram mais ricas e significativas quanto à celebração da convivência e do lazer dos habitantes urbanos. Mas, com o passar dos anos, esses espaços se limitaram a um lugar de cruzamento de vias públicas, local de estacionamento para automóveis ou ponto de comércio de mercadorias as mais diversas (DE ANGELIS et al, 2005, p. 2-3).

Atualmente, com o advento da internet, percebe-se que as praças foram esquecidas pela população, que encontraram outros meios de convivência social mais cômodo e seguro, ou seja, os aparelhos eletrônicos, playground, os clubes fechados.

Diante de tantas opções de lazer, as praças, de acordo com De Angelis, perderam sua função social primitiva:

[...] espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade (DE ANGELIS, 2005, p. 3).

Da mesma forma que acontece nas demais cidades brasileiras e estrangeiras, as praças localizadas no Centro Histórico de Manaus, como logradouros públicos, quando transformadas em produto turístico, podem proporcionar ao turista conhecer um pouco da história da cidade e, ao mesmo tempo, despertar no morador local a ideia de pertencimento, bem como de preservação do patrimônio de valor histórico-cultural presente em cada logradouro.

As praças não devem ser consideradas apenas um espaço público, elas nos permite, no caso específico das praças D. Pedro II, Matriz e Remédios, uma leitura histórica da cidade de Manaus. Nelas podemos perceber que a história de uma comunidade não é contada apenas nos livros, mas também por meio de sua arquitetura urbana e seus monumentos.

Dentro dessa perspectiva, as praças possuem significação histórica quanto ao fortalecimento da identidade histórica de uma comunidade.

4.2 Praças do Centro Histórico de Manaus

4.2.1 Praça D. Pedro II

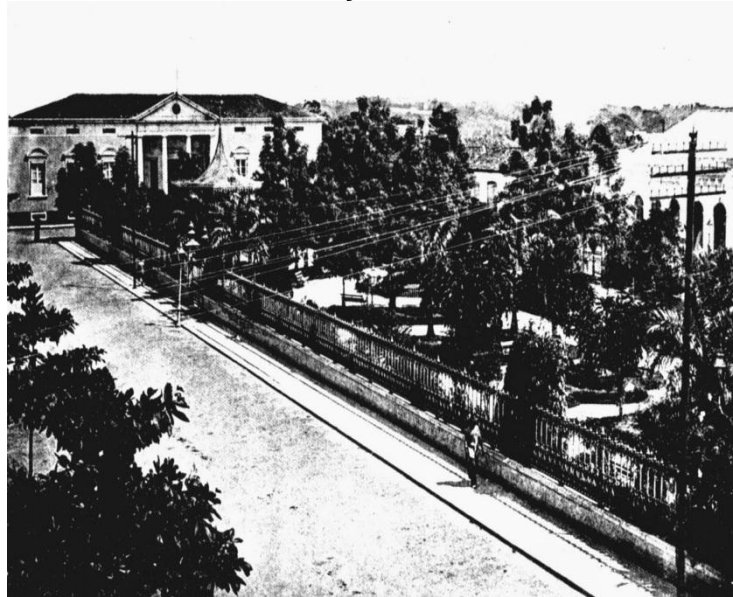
Na primeira planta da cidade, traçada em 1852, o local da atual Praça D. Pedro II denominava-se Largo do Pelourinho, posteriormente chamada de Largo do Quartel. Localizava-se próximo a ele a fortaleza que iniciou o povoamento do lugar (MESQUITA, 2006, p. 275).

Quanto à sua localização, a Praça D. Pedro II está situada na Av. Sete de Setembro, centro de Manaus. De acordo com Duarte, a praça foi oficializada pela Lei Municipal nº 1.316, de 22 de outubro de 1925, por ocasião da comemoração do centenário de nascimento do último Imperador do Brasil (DUARTE, 2009, p. 29).

A Praça D. Pedro II é também conhecida como Paço Municipal ou Paço da Liberdade. Em 1874 foi lançada a pedra fundamental do Paço Municipal. A obra concluiu-se entre os anos de 1876 e 1878. No ano de 1956, pela Lei nº 565 de 26 de

maio, passou a ser considerada parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Manaus.

FIGURA 4 - PRAÇA D. PEDRO II, 1893



Fonte: Manaus entre o passado e o presente, Duarte, 2009, p.28

De acordo com Duarte, a Praça D. Pedro II é originária da separação do antigo Largo do Pelourinho e, até meados da década de 1950, era conhecida por esse nome. Entretanto, com a reconstrução do Quartel da Polícia, o logradouro localizado entre as ruas Bernardo Ramos, Governador Vitório, Gabriel Salgado e a Avenida Sete de Setembro passou a ser conhecido como Largo do Quartel. Seu calçamento ocorreu entre os anos de 1878 e 1882, bem como instalação de bancos e a construção de dois muros em seu entorno (DUARTE, 2009, p. 28).

Por ocasião do primeiro aniversário da Proclamação da República, “no ano de 1890, em 11 de novembro, por aprovação do projeto do intendente Alves da Silva, o logradouro passa a ser conhecido como Praça da República”. Entretanto, em 1907, são retirados os gradis que cercavam os jardins da praça, que quatro anos depois, foi instaladas na entrada sul do Mercado Público (atual Mercado Municipal Adolpho Lisboa), localizado à frente do rio Negro (DUARTE, 2009, p. 28)

Ainda, de acordo com Duarte, na década de 20, o Poder Municipal, mudou o nome da Praça da Republica três vezes: Praça Desembargador Rêgo Monteiro (Lei nº 1.229, de 30 de outubro de 1923), Praça da Redenção (Decreto nº 23, de 06 de

agosto de 1924) e Praça General Menna Barreto (Decreto nº 34, de 26 de novembro de 1924).

Na época áurea da borracha (1879 e 1912), o local era frequentado pela elite de Manaus, que passeavam em suas charretes enquanto os barões frequentavam o Hotel Cassina. Segundo Mesquita (2006, p. 276), a Praça D. Pedro II até os primeiros anos do século XX era uma das mais importantes da cidade de Manaus e era palco de uma programação musical que atraía a atenção da elite da época.

Vale ressaltar que Praça D. Pedro II tem peso significativo no cenário histórico e cultural da cidade, pois é o testemunho físico dos períodos pré-colonial, colonial, provincial, republicano e contemporâneo.

Assim, de acordo com a Resolução nº 001, homologada pelo Decreto nº 4.817/80, a Praça D. Pedro II passou a ficar sob proteção especial da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas do atual Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (CEDPHA).

FIGURA 5: Vista aérea da Praça D. Pedro II



Fonte: Instituto Durano Duarte

A Praça D. Pedro II e seus arredores abriga prédios de grande relevância histórica, como as ruínas do Hotel Cassina, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), o Paço da Liberdade (Palácio do Governo Provincial de Manaus e, depois, antigo prédio da Prefeitura), o Palácio Rio Branco e o edifício do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

(IAPETEC), que foi o primeiro “arranha-céu” de Manaus, construído na década de 1950, com a demolição do Éden Teatro.

Merecem destaque, ainda, no entorno da Praça D. Pedro II, as casas de nºs 69 e 77 consideradas as mais antigas de Manaus, construídas em 1819. O local ainda não foi aberto ao público, pois se encontra em reforma, cuja obra faz parte do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Manaus.

A partir de 1920, com a falência do ciclo da borracha na região amazônica, o centro antigo de Manaus foi perdendo importância e, quando ocorre a instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a cidade deu as costas ao centro antigo e à Praça D. Pedro II.

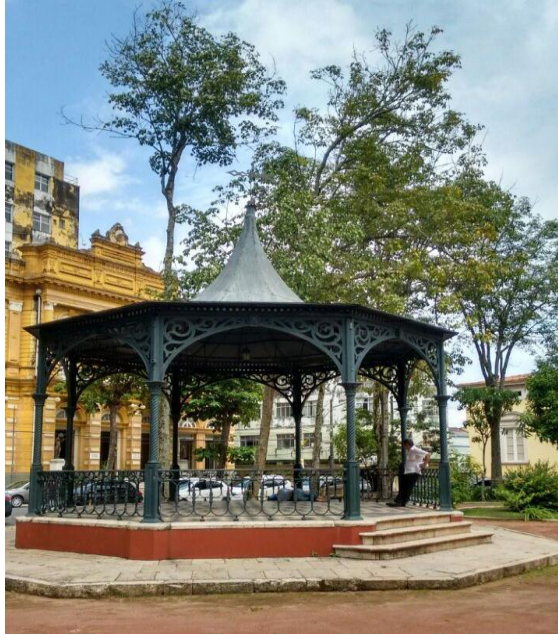
Decorridos alguns anos de abandono desse logradouro, em dezembro de 2002 passou a receber o financiamento do Programa Monumenta, resultado do contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID e o Governo Federal. Dentre outras ações, em 2013, o programa transformou o Paço da Liberdade no Museu Histórico de Manaus (MUHMA) e restaurou a Praça D. Pedro II para a implantação do Museu de Rua.

Em vista tais intervenções públicas, percebe-se o potencial da Praça D. Pedro II quanto reafirmação da identidade histórico-cultural para o crescimento turístico na cidade de Manaus.

4.2.1.1 Monumentos significativos da Praça D. Pedro II

No Centro da praça apresenta-se um Coreto de Ferro, de aproximadamente 6 metros de altura, que possui sua base em concreto com piso em cerâmica e escada em mármore. O material de ferro é de origem inglesa, como pode ser conferido na inscrição gravada na base de uma das colunas da entrada do coreto que foi produzido pela firma Francis Morton e Cia. Limited Engineer, de Liverpool.

De acordo com Otoni Mesquita, complementando as descrições do Coreto de Ferro, o mesmo se ergue sobre uma base octogonal. As grades do parapeito são bem simples, compostas por desenhos em círculos e elipses, apresentando ainda oito magras colunas salomônicas que sustentam o telhado (MESQUITA, 2006, p. 277 E 278).

FIGURA 6 - Chalet de Ferro

Fonte: Foto do autor, abril 2018

Além do Chalet de Ferro, a praça conta ainda com uma Fonte Decorativa que tem aproximadamente 5 metros de altura, confeccionado em bronze e que se encontra sobre uma bacia de alvenaria. Sua colocação faz parte do Projeto de Embelezamento da Praça D. Pedro II, consignado em maio de 1893 durante a gestão de Eduardo Ribeiro. Foi encomendado à casa John Birch (Londres) e inaugurada em janeiro de 1894 (NASCIMENTO, 2013, p. 114).

FIGURA 7: Chafariz em Bronze

Fonte: Foto do autor, abril 2018

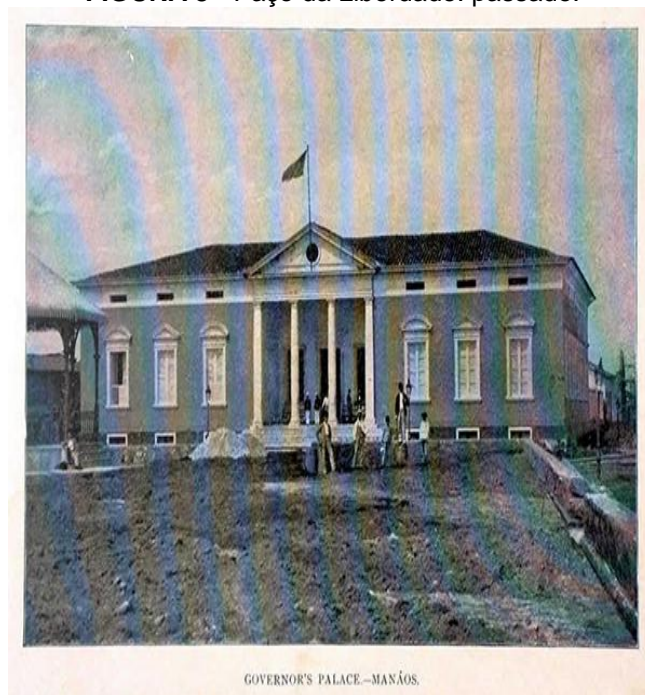
Ao descrever os detalhes do chafariz, Nascimento no revela que no segundo plano temos seres marinhos com seus tridentes. Acima da bacia, a fonte é cercada por carrancas, também para a saída de água. Mais acima, quatro figuras femininas sentadas diferem-se pelos instrumentos e objetos que carregam. (NASCIMENTO, 2013, p. 114).

4.3 Conjunto Arquitetônico do entorno da Praça D. Pedro II

4.3.1 Paço da Liberdade

Localizado na Praça Dom Pedro II, o Paço da Liberdade é um dos museus da cidade. Quanto à visitação, funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 16h30 e aos sábados até às 16h. O Paço da Liberdade teve sua construção iniciada em 1874 e foi ampliado em 1905, por ordem do governador Antônio Constantino Nery. Foi sede do Governo da Província entre 1880 e 1917 e, de acordo com Garcia, ainda no ano de 1917 o prédio abrigou a sede do Governo do Município, conforme previsto na Lei nº 889, de 30 de março de 1917 (GARCIA, 2005, p. 64).

FIGURA 8 - Paço da Liberdade: passado.



Fonte: Manaus entre o passado e o presente, DUARTE, 2009, p. 28

O prédio do Paço da Liberdade é parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Manaus, conforme a Lei nº 565, de 26 de maio de 1956 (GARCIA, 2005, p. 60). Seu tombamento ocorreu com o Decreto nº 7.176, de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de Manaus (DOM) n.º 938, de 11 de fevereiro de 2004 e republicado DOM nº 1018 segunda-feira, 14 de junho de 2004.

De acordo com um levantamento da Prefeitura de Manaus, dois anos após sua reinauguração, em 2013, o museu recebeu um total de 832 visitantes. Entretanto, em 2014, o número de visitantes foi de 4.360.

FIGURA 9 - Paço de Liberdade: presente



Fonte: Foto do autor, abril 2018

O local possui valor histórico para a cidade, devido à importância de seu conjunto arquitetônico e urbanístico. Em 2007, foi restaurado, mantendo-se boa parte das características originais. Durante as obras, foram encontradas no subsolo urnas funerárias, além de outros fragmentos cerâmicos.

Após a requalificação do Paço, o Instituto da Amazônia empreendeu o evento “Feira do Paço” cuja primeira edição aconteceu em 2016.

4.3.1.1 FEIRA DO PAÇO

Após requalificação da Praça D. Pedro II, um dos eventos desenvolvido foi a Feira do Paço, que busca resgatar o patrimônio histórico presente no local. De acordo com o Instituto da Amazônia, responsável pela realização da feira, o evento é composto por apresentação de música, dança e teatro. Além do artesanato, há também a presença marcante do setor gastronômico. No local pode-se desfrutar ainda de stands com produtos criativos, espaço *kids*, *bike* e *foodtrucks*, aula-show de culinária, entre outras atrações.

A primeira Feira do Paço aconteceu em 14 de agosto de 2016, de acordo com o Instituto da Amazônia, e contou com aproximadamente 200 colaboradores dos mais diversos segmentos.

FIGURA 10: Feira do Paço



Fonte: Foto de Patrick Marques - G1 AM < Acesso em: 02 de Maio de 2018.

4.3.2 Palácio Rio Branco

O Palácio Rio Branco, construção em dois pavimentos em estilo eclético, está situado no Centro Histórico da cidade de Manaus, no entorno da Praça Dom Pedro II. O projeto, datado de 1904, é de autoria da empresa carioca Irmãos Rossi, cuja conclusão ocorreu somente em 1938, conforme menciona Mesquita (MESQUITA, 2006, P. 265).

FIGURA 11 - Palácio Rio Branco.



Fonte: Foto do autor, abril 2018

FIGURA 12: Inscrições nas laterais da entrada principal



Fonte: Foto do autor, abril 2018

FIGURA 13: Esculturas femininas em bronze (2) que guarnecem a entrada principal



Fonte: Foto do Autor, abril 2018.

Seu projeto de construção destinava-se a abrigar a Chefatura da Polícia, o que não procedeu. E, após três décadas de sua construção, sediou a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que ali instalou sua sede na década de 1970.

De acordo com Mesquita, temos a seguinte descrição do Palácio Rio Branco:

Sua fachada é composta por três corpos, sendo o central ligeiramente deslocado à frente, ostentando um pórtico que, na parte superior, apresenta colunas compósitas. Em seu interior, destacam-se o hall de entrada com o seu jogo de colunas, a bela escada em ferro fundido, o salão no pavimento superior, com seu estuque com motivo floral sobre o teto e, nas paredes oito paisagens amazônicas assinadas por Olímpio de Menezes (MESQUITA, 2006, p. 265-266).

4.3.3 Prédio do IAPETEC

O prédio onde funciona o atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), anteriormente chamado de Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, surgiu em decorrência do Decreto-Lei nº. 651, de 6 de agosto de 1938 e foi construído na década de 50.

Art. 1º - A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens, criada sob a denominação de - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café - pelo decreto n. 24.274, de 22 de maio de 1934, alterado pela lei n. 380, de 16 de janeiro de 1937, passa a denominar-se Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, regendo-se pelas disposições do presente decreto-lei.

FIGURA 14- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas



Fonte (1): Instituto DurangoDuarte, A Cidade em Foto, 1964

Fonte (2): Foto do autor, abril 2018.

Quanto ao valor histórico do prédio, cabe ressaltar que foi o primeiro edifício construído na cidade, constituído de 10 andares. Devido a sua altura, ficou conhecido como o primeiro “arranha-céu” da cidade e muita gente adentrava o prédio, usando seus elevadores, apenas para apreciar a beleza da cidade.

4.3.4 Hotel Cassina

Os primeiros registros quanto à existência de hotéis em Manaus ocorrem por volta dos anos de 1877 e 1898. Dentre os hotéis listados na época, merece destaque o Hotel Cassina, construído em 1899.

FIGURA 15: Anúncio do Hotel Cassina



Fonte: Manaus entre o passado e o presente, DUARTE, 2009, p. 249

Passados alguns anos, mais precisamente em 1900, a Diretoria de Estatística realizou um levantamento quanto à movimentação dos hóspedes nos hotéis existentes em Manaus. Dentre 35 (trinta e cinco) estabelecimentos, encontrava-se o Hotel Cassina como um dos cinco mais frequentados, com 386 hóspedes (Duarte, 2009, p. 246).

De acordo com Duarte, em 1905, o hotel já se encontrava sob a gerência da empresa Luiz Pinto & Cia e foi reinaugurado, após reformas, na véspera do Natal do mesmo ano, com a denominação de Grande Hotel Cassina.

Quanto à padronização dos hotéis brasileiros, Duarte menciona que:

“a primeira classificação hoteleira no Brasil é datada do século XVIII e foi realizada por Charles Burton para as hospedarias paulistanas, que receberam classificações que iam de 1ª a 5ª. Categorias. Entretanto, em Manaus, essa preocupação quanto à categoria dos estabelecimentos

hoteleiros só ocorreu no início do século XX, quando foram estabelecidas três categorias: até dez quartos, de dez a vinte quartos e mais de vinte quartos” (DUARTE, 2009, p. 247).

Quanto ao uso de estrelas para a classificação dos estabelecimentos hoteleiros, só ocorreu a partir da década de 70, obedecendo ao Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem.

O Hotel Cassina situado na antiga Praça da República, atual D. Pedro II, era um prédio composto por dois andares erguidos nas esquinas das ruas Frei José dos Inocentes e Governador Vitório, no centro de Manaus. Seu primeiro proprietário foi o italiano Andréa Cassina (DUARTE, 2009, p. 249). O atual endereço do Hotel Cassina (ruínas) é Rua Bernardo Ramos, 295 – Centro.

FIGURA 16: Hotel Cassina



Fonte: Manaus entre o passado e o presente, DUARTE, 2009, p. 249

O Hotel Cassina teve seu momento de glória no período áureo da borracha; mas, com a crise da economia gomífera, foi rebaixado para a condição de hospedaria, posteriormente, para Cabaré Chinelo e, finalmente, apresenta-se como um prédio abandonado, em ruínas (DUARTE, 2009, p. 249).

No ano de 2015, por meio do Decreto nº 3.125, de 24 de junho, o imóvel foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, sendo o destinado à criação de um Centro de Arte Popular, conforme o previsto no Artigo 2º do referido decreto.

Hoje o que resta do Hotel Cassina são ruínas que se encontram entre as ruas Bernardo Ramos, Governador Vitório e Frei José dos Inocentes (centro de Manaus) e integra o Patrimônio Cultural de Manaus, tendo sido incluído no Decreto da Prefeitura Municipal de Manaus, sob o nº 7.176, de 10 de fevereiro de 2004, como Unidade de Preservação do 1º Grau.

FIGURA 17: Hotel Cassina: Ruínas



Fonte: Foto do autor, abril 2018

Nos últimos anos, especialmente no período de 2015-2017, houve uma transformação desse espaço público, com a implementação do Projeto Monumenta, quando a Praça volta a desempenhar funções sociais que refletem a organização cultural da cidade.

Quanto à requalificação do antigo Hotel Cassina, de acordo com a Prefeitura de Manaus, em 2016, um projeto foi encaminhado para aprovação, mas não passou da fase final de análise junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília.

Ainda de acordo com a Prefeitura de Manaus, a proposta de intervenção tinha como objetivo transformar o antigo Hotel Cassina em Centro de Arte Popular, conforme o previsto no Artigo 2º do Decreto nº 3.125, de 24 de junho de 2015. Consoante a proposta, no térreo haveria lobby, elevador, recepção, banheiro e uma área de exposição e, no primeiro pavimento, uma biblioteca, salas de curso, copa, bar, áreas de mesas e terraço. Mas, até o presente momento, nada aconteceu e, em

pouco tempo, as ruínas desapareceram em virtude dos constantes atos de vandalismo.

4.3.5 INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS (IGHA)

O Instituto Geográfico e Histórico da Amazonas foi fundado em 25 de março de 1917, na gestão do governador Pedro Bacellar. De acordo com a Lei Estadual nº 897, de 24 de agosto de 1917, e a Lei Municipal nº 1.071, de 22 de outubro de 1973, o IGHA é considerado como sendo de utilidade pública.

Localizado na Praça D. Pedro II, Centro Histórico de Manaus, na Rua Bernardo Ramos, o local também é conhecido como “A Casa de Bernardos Ramos”, que foi seu fundador e primeiro presidente do Instituto.

No ano de 1980, o Prédio foi tombado através do Decreto no. 5.218, de 03 de outubro, e, quanto à sua importância, o Instituto é o órgão que tem por missão a difusão da história e geografia do Estado do Amazonas e do Brasil.

FIGURA 18: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)



Fonte: Foto do Autor, abril de 2018

O IGHA possui um museu próprio, o Museu *Crisanto Jobim* que dispõe de peças da etnografia amazônica, objetos e peças de diversas procedências, dispondo ainda de uma biblioteca (Biblioteca virtual do Amazonas, acesso em 02 de maio de 2018).

4.4. Praça da Matriz

Situado na zona central de Manaus, a Praça da Matriz, como é conhecida por grande parte dos moradores de Manaus, possui oficialmente o nome de Praça XV de Novembro. Entretanto, já recebeu os nomes de Largo da Olaria, Praça da Imperatriz, Praça do Comércio e Praça Osvaldo Cruz.

Na Praça da Matriz está erguida a Catedral Metropolitana de Manaus (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição). Foi a primeira grande obra arquitetônica construída em Manaus e a mais importante do período provincial (MESQUITA, 2006, p. 69).

FIGURA 19 - Catedral Metropolitana de Manaus (Igreja da Matriz): passado e presente



Fonte: Manaus entre o passado e o presente. Duarte, 2009, p. 19

Recuando no tempo, em 1695 religiosos carmelitas vieram substituir os jesuítas e construíram a primeira capela devotada a Nossa Senhora da Conceição, que consistia somente em uma ermida coberta de palha. No ano de 1781, devido às condições precárias de sua estrutura, por ordem da Junta Governativa da Capitania de São José do Rio Negro, foi demolida.

Um novo templo foi erguido em 1789, mas, em consequência de um incêndio, em 1850 foi totalmente consumido pelo fogo. Entretanto, somente em 15 de agosto de 1877 a igreja foi inaugurada e, em 27 de abril de 1892, foi elevada à categoria de

Catedral (DUARTE, 200, p. 124-125). O tombamento do templo como Monumento Histórico Estadual ocorreu por meio do Decreto nº 11.039, de 12 de abril de 1988.

FIGURA 20 - Catedral Metropolitana de Manaus (Igreja da Matriz): presente



Fonte: Foto do autor, abril 2018.

Após atraso na conclusão das obras de revitalização, iniciadas em 2014, a Praça da Matriz, um dos cartões-postais da cidade de Manaus, foi entregue a população, em 15 de novembro de 2017.

FIGURA 21 – Chafariz (Igreja da Matriz)



Fonte: Foto do autor, abril 2018

A Praça da Matriz, como é conhecida em toda Manaus, e a Igreja ali localizada representam um marco na história de Manaus, pois se faz presente desde a fundação da cidade, passando pelo período republicano, pela implantação da Zona Franca e revela-se na atualidade como importante patrimônio histórico-cultural.

No entorno da Praça apresenta-se o prédio histórico da Alfândega, o Porto de Manaus e o Relógio Municipal.

4.4.1 Prédio da Alfândega – Porto de Manaus

O prédio da Alfândega chama atenção pelo estilo eclético da arquitetura. Sua Construção data da primeira metade do século 20, quando se instalou na cidade a empresa inglesa Manáos Harbour Limited, que deteve a concessão do porto de Manaus por sessenta anos (MESQUITA, 2006, p. 250).

De acordo com Mesquita, o prédio é considerado uma das primeiras construções pré-fabricadas do mundo. As peças de sua estrutura foram trazidas inteiramente prontas da Inglaterra. Sua inauguração, conforme consta na inscrição de uma placa existente na parte externa do edifício, ocorreu em 27 de junho de 1906 (MESQUITA, 2006, p. 250).

FIGURA 22: Prédio da Alfândega - Porto de Manaus



Fonte: Foto do autor, junho de 2017

Tendo em vista o crescimento da economia gomífera, a construção de um porto mais moderno se fazia necessário para atender às necessidades de exportação do produto.

Assim, em 1900, a empresa inglesa B. Rymkiewicz & Company, ao ter sua proposta aceita, fica responsável pela obra (DUARTE, 2009, P. 114).

Cabe ressaltar que, de acordo com o portal responsável pela divulgação do Porto de Manaus, este é o maior porto flutuante do mundo, com capacidade para atracar 04 (quatro) navios simultaneamente em qualquer período do ano e mais 03 (três) navios durante a cheia do Rio Negro (<https://www.portodemanaus.com.br>).

FIGURA 23 - Porto de Manaus



Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), 2012

Segundo descreve Duarte, a Manáos Harbour construiu uma plataforma de concreto armando sobre estacas de ferro, com 240 metros de frente, um cais flutuante para os navios sujeitos à fiscalização alfandegária, um cais flutuante de 255 metros de comprimento para os serviços de cabotagem, ligados à plataforma da margem por uma ponte flutuante (roadway), e mais 14 armazéns (Duarte, 2009, p. 114).

Entretanto, Duarte relata que, apesar de todas as melhorias efetuadas no porto, com a queda da exportação da goma elástica a partir de 1907, em decorrência da entrada da borracha asiática no mercado mundial, ocorre na Amazônia um processo de degradação e o porto, que chegou a ser conhecido internacionalmente, tiveram sua relevância diminuída (Duarte, 2009, p. 114). Devido

a sua importância histórica, em 14 de julho de 1987, o Conjunto Arquitetônico do Porto de Manaus foi tombado pelo IPHAN como Patrimônio Histórico Nacional.

No ano de 2001, para melhor explorar a infraestrutura portuária, foi aberto processo licitatório de arrendamento do Porto de Manaus. Nesse processo a Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S.A e a Estação Hidroviária do Amazonas S.A saem vencedoras.

O projeto vencedor previa a construção de uma estação hidroviária regional, shopping center, um centro de convenções, praças de alimentação, um aquário amazônico, dois edifícios-garagem, além de restaurantes. Após uma primeira etapa da revitalização que foi inaugurada em 16 de novembro de 2002, a continuidade do trabalho foi interrompida em 2003 e, no final de 2008, após retomada das obras, inaugura-se uma loja de departamento, pertencente a uma rede varejista (Duarte, 2009, p. 118). Quanto às demais melhorias do Porto, essas não foram executadas conforme o previsto no projeto original.

4.4.2 Relógio Municipal

Localizado na Av. Eduardo Ribeiro, região central de Manaus, o Relógio Municipal faz parte do Patrimônio Histórico Estadual do Amazonas e compõe a paisagem arquitetônica do Largo da Matriz.

FIGURA 24 - Relógio Municipal



Fonte: Foto do autor, abril 2018

De acordo com Nascimento, o Relógio Municipal é o mais antigo relógio público da cidade. Foi parte do programa de embelezamento da cidade, encomendado a uma relojoaria suíça (NASCIMENTO, 2013, p. 134).

O relógio encontra-se sobre um pedestal e os mostradores, colocados dos dois lados, permite a visualização das horas nos dois sentidos da Avenida Eduardo Ribeiro. A inauguração dos mostradores ocorreu em 28 de novembro de 1929, conforme relato do Jornal Estado do Amazonas (DUARTE, 2009, p.74).

Ao redor dos mostradores, existe a inscrição latina “Vulnerant omnes, ultima necat”, que significa: “Cada hora fere a nossa vida até que a derradeira a roube”.

4.4.3. Obelisco

O Obelisco é um marco histórico localizado no centro de Manaus, entre o prédio da Alfândega e o Relógio Municipal, situado na Av. Eduardo Ribeiro, o monumento foi construído em homenagem ao primeiro centenário da elevação de Vila da Barra do Rio Negro à Categoria de Cidade.

FIGURA 25: Obelisco/Placa de identificação do monumento



Fonte: Foto do autor, abril 2018

Conforme relata Duarte, o projeto do obelisco é de autoria de Branco e Silva, com construção de Tupinambá Nogueira, e foi inaugurado em 24 de outubro de 1948, recebendo o nome de Monumento ao Primeiro Centenário da Elevação da Vila da Barra do Rio Negro à Categoria de Cidade (DUARTE, 2009, p. 76).

4.5 Praça dos Remédios

A Praça Torquato Tapajós é conhecida como Praça dos Remédios e está localizada entre as ruas Miranda Leão, dos Barés, Coronel Sérgio Pessoa e Leovegildo Coelho, no centro. É uma das praças mais antiga e já sofreu inúmeras modificações quanto ao seu traço e mobiliário original.

Em 1856, de acordo com a Planta da Cidade de Manaus, aparece como sendo o Largo dos Remédios. Somente no final do século XIX começou a receber aspecto de praças, sendo inaugurada, possivelmente, em 1899 (DUARTE, 2009, p. 31).

Como as demais praças de Manaus receberam várias denominações: Praça Torquato Tapajós em homenagem ao escritor e pesquisador amazonense e Praça dos Libaneses, devido ao grande fluxo de imigrantes árabes no final do século XIX e início do século XX (DUARTE, 2009, p. 32). O local ainda é um centro de convivência das famílias libanesas. Entretanto, em 1899, quando foi feita a rampa que leva ao rio, o local foi inaugurado como Praça dos Remédios.

Quanto ao seu formato, é extensa em comprimento e pouco larga, podendo ser classificada como uma praça de profundidade, onde a parte principal possui algumas árvores e alguns bancos, confeccionados num único bloco de concreto, que abrange toda a extensão da praça, como sendo duas muretas de contenção do espaço interno da praça. Tem, ainda, como característica um público frequentador formado por pessoas que trabalham nas proximidades ou que usam a praça como local de trabalho – lavadores de carros (NASCIMENTO, 2013, p. 29).

Em 2014, no dia 02 de outubro, após obras de recuperação e urbanização, dentro do projeto de revitalização do Patrimônio Histórico do Centro de Manaus, o governo através da Secretaria de Estado e Cultura entregou à população a nova Praça dos Remédios. Na época, de acordo com o ex-secretário de cultura do

Estado, Robério Braga, a próxima etapa das obras incluía a revitalização da Igreja dos Remédios e do prédio da Faculdade de Direito.

Do ponto de vista histórico, a praça apresenta em seu entorno a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Localizada na Rua Miranda Leão, Centro, sua construção em estilo neoclássico domina a paisagem local.

FIGURA 26 - Igreja Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Foto do Autor, junho 2017

De acordo com Duarte, no ano de 1878, no dia 22 de outubro, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi elevada à categoria de Paróquia; entretanto, a cerimônia oficial de instalação ocorreu dois meses depois, em 22 de dezembro (DUARTE, 2009, p. 126).

Quanto à sua importância histórica, pode-se destacar que, em 1850, quando a Igreja da Matriz foi destruída por um incêndio, a Capela dos Remédios passou a substituí-la como espaço de cultos religiosos. O tombamento do templo como Monumento Histórico do Estado do Amazonas ocorreu através do Decreto nº 11.037, de 12 de abril de 1988.

No centro da praça há um monumento dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, cuja inauguração ocorreu em 1945, no dia 1º de junho. A estátua de Jesus Cristo, com os braços abertos, encontra-se de frente para o rio Negro.

Quanto ao monumento erguido na praça, esta obra apresenta alguns detalhes imperceptíveis ao passante comum, ou seja, os braços abertos aludem à acolhida

e o abraço do Cristo. No peito há um coração em alto-relevo e os detalhes ondulados da parte superior do pedestal podem significar uma escada, a subida para o céu, que exige esforço para ser alcançada (NASCIMENTO, 2013, p.94-95).

FIGURA 27 - Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Foto do autor, abril 2018

FIGURA 28 - Placa fixada no pedestal da estátua do Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Foto do autor, abril 2018.

A Praça abriga, ainda em seu entorno, na esquina das ruas Miranda Leão e Coronel Sérgio Pessoa, um prédio de valor histórico para a cidade, hoje abandonado: A Escola Universitária Livre de Manaós.

4.5.1 Escola Universitária Livre de Manaós

Quanto à institucionalização do ensino universitário no Brasil, de acordo com Duarte, têm-se como marco histórico os cursos criados por D. João VI em 1808, ou seja:

“Em 18 de fevereiro de 1808, criou-se a Escola de Cirurgia do Hospital Real da Cidade da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia). Dois meses depois, em 2 de abril, uma Cadeira de Anatomia no Hospital do Rio de Janeiro, (atual Faculdade de Medicina da UFRJ)” (DUARTE, 2009, p. 188).

Somente, no ano de 1827, após a Proclamação da República, foram criadas as atuais Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo – USP e a atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Entretanto, de acordo com Duarte, “no Brasil, a primeira instituição de ensino superior a por em prática o modelo de Universidade [...] foi a Escola Universitária Livre de Manaós em 1909” (DUARTE, 2009, p. 188).

FIGURA 29 – Escola Universitária Livre de Manaós



Fonte: Foto do autor, abril 2018.

O prédio que abrigou a Faculdade de Direito, fundada pelo jurista Dr. Astrolábio Passos, cuja instalação oficial ocorreu em 15 de março de 1910, com o nome de Escola Universitária Livre de Manáos, tornou-se posteriormente Universidade de Manáos, fato ocorrido em 13 de julho de 1913 (DUARTE, 2009, p.191).

Em 1962, o governo federal criou a Fundação Universidade do Amazonas, atual Universidade Federal do Estado do Amazonas (UFAM), que incorporou a Faculdade de Direito do Amazonas e todo o seu patrimônio (DUARTE, 2009, p. 194). O tombamento do prédio histórico como Monumento Histórico do Estado do Amazonas ocorreu de acordo com o Decreto nº 11.188, de 14 de junho de 1988.

4.5.2 Feira Municipal da Manaus Moderna

Ainda no entorno da Praça, destaca-se a atual Feira Municipal da Manaus Moderna. A feira está localizada às margens do rio Negro, na Rua Barão de São Domingos (Centro – Manaus), e é considerada a maior feira de peixes e verduras da cidade.

No artigo intitulado: Propondo o alisamento do espaço: disputas em torno da “Manaus moderna”, Silva relata que:

A área da “Manaus Moderna” vem se constituindo enquanto espaço importante de comércio para a cidade de Manaus desde o final do século XIX, e já comportou diversos elementos que foram lhe atribuindo uma variedade de denominações, como a “Cidade Flutuante” (entre os anos de 1920 e final dos anos de 1960), Feira da Beira da Praia do Mercado, Feira da Escadaria dos Remédios, Feira da Banana e, mais recentemente, área e Feira Manaus Moderna (SILVA, 2016).

A atual Feira Cel. Jorge Teixeira, conhecida localmente como Feira Manaus Moderna, teve seu mercado construído no início dos anos de 1990, tendo sido inaugurado em março de 1994.

Conforme visita ao local, apesar de ser considerado um produto turístico, a estrutura do local é deficitária no que se refere à ausência de higiene, iluminação inadequada, além da falta de segurança: os corredores entre os boxes são estreitos.

Quanto às dificuldades de infraestrutura, essas são velhas conhecidas dos frequentadores da feira.

FIGURA 30 - Feira Municipal Manaus Moderna



Fonte: Foto do Autor, junho 2017.

Nesse contexto, depreende-se que os logradouros públicos nos permitem e possibilitam a consolidação de relações com o passado, que, por sua vez, permitem aflorar o sentido de pertencimento de indivíduos ou grupos quanto aos referenciais identitário.

Segundo Barreto, é através da identidade que se permite ao cidadão não se perder, devido às constantes e repentinas mudanças ocorridas no mundo atual:

“Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes forneçam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo oferece” (BARRETO, 2000, p. 46).

O espaço e o patrimônio cultural se articulam como elemento de preservação histórica, mantendo viva a memória social e local diante da modernização. Quanto a Manaus, Dias menciona que:

“O primeiro grande surto urbano forjado pela economia da borracha impôs sua arquitetura, seus símbolos, suas representações históricas que até hoje resistem, passando a impressão de homogeneidade de seu tempo histórico. A ideia que esse legado urbano deixa como formadora da memória é a existência de um equilíbrio harmonioso entre natureza e cultura, entre

projeto urbano e espaço físico, entre cidade moderna e expectativa social” (Dias, 2007, p. 164).

Nesse contexto, quanto à elaboração do Roteiro, é necessário que a Praça dos Remédios tenha o seu espaço melhor aproveitado para atrair os visitantes. No local deveriam ser instalados quiosques que, sob a fiscalização da Prefeitura, atenderiam aos turistas ao finalizar o roteiro. Nesses quiosques seria feita a comercialização e divulgação não só de produtos artesanais, mas também comidas típicas.

CAPITULO V

ROTEIRO HISTORICO

De acordo com o Ministério do Turismo:

“Roteiro turístico é um percurso geográfico determinado, integrado por várias atrações com características comuns ou que gira em torno de uma grande atração e associa atividades no deslocamento proposto” (MTur, 2010).

O roteiro abaixo proposto tem como objetivo despertar no turista e, principalmente, no morador local o desejo de conhecer um pouco mais da história da cidade através da Praça D. Pedro II, Praça da Matriz e Praça dos Remédios.

Quanto à elaboração de um roteiro, de acordo com Bahl:

“a elaboração de roteiros turísticos pode funcionar como estratégia de desenvolvimento do destino turístico e inclusão das sociedades dentro de um processo de interação constante” (Bahl, 2004, apud RAMOS e GUIMARÃES, 2016, p. 299).

No caso específico de Manaus, o roteiro histórico seria uma forma de valorização da história da gênese da cidade. Pois, segundo Barreto “além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local” (BARRETO, 2000, p.47).

Desta maneira, o Roteiro Histórico formatado deve ser visto como uma forma de aflorar a conscientização quanto à necessidade de preservação desse patrimônio, pois “é através do uso e do significado dado por sua população que se imprimem os traços de identidade de uma cidade” (MESQUITA, 2009, p. 188).

Quanto às praças selecionadas e considerando-se a infraestrutura dos locais a serem visitados e, principalmente, a segurança do turista, sugere-se que a programação seja realizando nos fins de semana (sempre aos sábados e/ou domingos), tendo em média a duração de duas horas, a partir do ponto de encontro (Praça D. Pedro II) e seu início dar-se-á a partir das 10h.

O roteiro tem seu término na Praça dos Remédios, local em que os participantes são convidados a visitar os quiosques instalados no interior da praça para apreciar e adquirir produtos artesanais, bem como degustar alguns pratos típicos da região.

FIGURA 31: FICHA ROTEIRO HISTÓRICO

ROTEIRO HISTÓRICO DAS PRAÇAS DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: PRAÇAS D. PEDRO II, MATRIZ E REMÉDIOS.	
ITEM	DESTALHAMENTO
Objetivo	Turismo Histórico-Cultural.
Público	Máximo de 10 pessoas em grupo.
Título	Praças D. Pedro II, Matriz e Remédios: Passado e presente.
Dias e Horários	Sábado e/ou domingo, com início às 10:00h.
Taxa de Visitação	De acordo com a Agência de Turismo responsável pela gestão do Roteiro.
Guia(s)	O roteiro terá auxílio de guias.
Duração	Aproximadamente 02 (duas) horas.
Local	Saída da Praça D. Pedro II.
Atrativos	<ul style="list-style-type: none"> - Praça D. Pedro II: Hotel Cassina, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, casas nºs 67-69, Paço da Liberdade, Palácio Rio Branco e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Carga – IAPETEC; - Praça da Matriz: Igreja de N. Sra. da Conceição (Catedral), Porto, Prédio da Alfândega, Relógio Municipal, Obelisco Centenário de elevação de Manaus à categoria de cidade; e - Praça dos Remédios: Igreja de N. Sra. dos Remédios, Prédio da Escola Universitária Livre de Manáos e Feira da Manaus Moderna.

Quanto à execução do Roteiro Histórico, este será gerenciado por uma Agência de Turismo que oferecerá o serviço tanto aos moradores quanto aos turistas. Para participar dessa viagem a pé pela história do Centro Histórico de

Manaus, os interessados poderão adquirir um bilhete junto à Agência de Turismo. Na ocasião, os participantes serão acompanhados por guias de turismo.

Na fase de implantação do projeto, o roteiro denominado “Praças do Centro Histórico de Manaus”, será realizado no último sábado de cada mês, tendo como atrativos a Praça Dom Pedro II, localizada na Av. Sete de Setembro, onde o turista visitará o Paço da Liberdade, as ruínas do Hotel Cassina que, com a decadência do ciclo da borracha, se transformou no Cabaré Chinelo, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), as casas nºs 69 e 77 cujas construções datam de 1819 e são consideradas as mais antigas de Manaus, o Palácio Rio Branco, o edifício do IAPETEC (primeiro arranha-céus de Manaus), construído após demolição do Teatro Eden.

Após visita a Praça D. Pedro II e seu entorno, o roteiro segue em direção à Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Catedral Metropolitana) localizada na Praça Oswaldo Cruz e seu entorno, onde estão o Porto de Manaus e o prédio da Alfandega, marco do início da edificação da cidade, o Relógio Municipal e o Obelisco comemorativo ao primeiro centenário da elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de cidade. E, finalizando o roteiro, chega-se à Praça dos Remédios. O local abriga a Igreja dos Remédios e o prédio da primeira universidade de Manaus: a Escola Universitária Livre de Manáos.

Nesse local, merece ainda destaque a área de comércio, em frente à Igreja dos Remédios, denominada Feira da Manaus Moderna, que comercializa pescados (os mais variados da região amazônica) e todo o tipo de condimentos e frutas, sendo considerada a mais importante feira de Manaus.

Mesquita destaque que os acontecimentos do passado, “permanecem vivos e exercem uma influência, pois a reformulação das identidades é uma das principais funções da cidade” (MESQUITA, 2009, p. 40).

Desta forma, o Roteiro Histórico está voltado para o segmento de Turismo Cultural, pois reúne nos logradouros e seus entornos os principais aspectos evolutivos da história da cidade e atende uma necessidade quanto à valorização do Centro Histórico de Manaus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo globalizado, segundo Hall, a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, ou seja, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.

Logo, é importante que se mantenha a individualização não só dos indivíduos em sua identidade pessoal, mas também das cidades como marco de identidade histórica de uma comunidade.

Nesse contexto, a construção da identidade relaciona-se primordialmente com as transformações que se dão na sociedade, na cultura local e principalmente na história de um povo, pois todas essas transformações ocasionam impactos nos indivíduos como elementos participantes da conservação e preservação da história a se transferida de geração a geração.

Entretanto, para que haja essa apropriação de valores, não só individual, mas também coletiva, é necessário preservar os hábitos, as tradições, o patrimônio arquitetônico e cultural da cidade. Pois a identidade de um povo está ligada intrinsecamente à cultura, à pessoa humana, à sua história de vida e religião, relacionando-o como sujeito de um tempo histórico.

Quanto ao desenvolvimento deste trabalho, no capítulo I enfoca-se patrimônio quanto seu conceito primitivo, ou seja, conjunto de bens pertencentes a uma pessoa ou entidade; conseqüentemente, entendido com o significado de ideia de herança a ser transmitida a terceiros ou a gerações futuras. Entretanto, as primeiras legislações acerca do tema, demonstram um conceito bem mais amplo, passando a ser entendido como um conjunto de bens pertencente a um determinado país e possui um caráter histórico-cultural.

Dentro desse contexto, o patrimônio deve ser entendido como um elemento mediador entre o passado e o presente, contribuindo para o processo de conscientização e valorização do patrimônio quanto marco histórico da gênese da cidade.

Sequencialmente, o capítulo II faz referências ao conceito de viagem quanto ao seu conceito histórico de deslocamento do homem de um lugar para outro, impulsionado quanto à necessidade de conhecer novas terras e costumes. Tais

deslocamentos caracterizam o Turismo Cultural que é motivado não pela busca à natureza, mas algum aspecto da cultura humana.

Desta forma, as viagens realizadas aos mais variados destinos têm como objetivo a busca por cultura, onde se prioriza adquirir conhecimentos e, ao mesmo tempo, vivenciar novas culturas, novos hábitos.

Dentro da estrutura do trabalho, no capítulo III, no que se refere à origem da cidade de Manaus, de acordo com os historiadores, ela surgiu ao redor do Forte de São José do Rio Negro (1669) e durante muito tempo foi descrita sob a óptica de diversos viajantes tais quais Lourenço Araújo, Francisco Bernardino de Souza, Ernesto Mattoso Maia Forte, dentre outros que descreveram a cidade desde seus primórdios.

Historicamente, a cidade vivenciou diversas fases econômicas, compreendidas entre a última década do século XIX e início do século XX, merecendo destaque a fase da economia gomífera, quando o látex foi o grande responsável pelo crescimento e desenvolvimento da cidade.

Entretanto, esse desenvolvimento é abalado, devido ao contrabando de sementes de seringueiras para a Ásia. A cidade entra em colapso, entretanto resplandece num segundo momento em plena ocorrência da Segunda Guerra Mundial, quando o látex amazônico volta a ser valorizado no mercado internacional.

Cabe ressaltar que passados os tempos difíceis pós-crise do látex, a cidade reaparece com a implantação da Zona Franca de Manaus, ocorrida em 1967, transformando-se num grande polo industrial competitivo, inserindo-se novamente na economia nacional e globalizada.

Quanto à temática do trabalho, as praças, sua origem e finalidades, são tratadas no capítulo IV, onde se faz menção à Grécia antiga enquanto local de origem, historicidade e função social das praças na antiguidade.

No que concerne ao patrimônio histórico existente nesses locais (praças) e que estão intrinsecamente ligada à formação histórica da cidade, devem merecer especial atenção; pois, do contrário esses locais históricos acabam esquecidos pela comunidade, transformando-se em espaço que são utilizados de formas inadequadas, ou seja, perdem sua função de elemento gerador e ordenador dos núcleos urbanos, de agente de valorização das identidades histórica e local da comunidade.

Dentro desse contexto, as Praças D. Pedro II, da Matriz e dos Remédios, merecem destaque quanto a seus monumentos e conjuntos arquitetônicos cujos valores históricos nos remetem à gênese da cidade.

Por fim, deve-se cada vez mais valorizar o patrimônio histórico-cultural da cidade na busca de conscientizar a população quanto ao seu valor significativo na construção da identidade local. Essa valorização do espaço é um processo constante, interminável que envolve não só as autoridades, mas também o cidadão comum.

Quanto à elaboração de um roteiro histórico, objeto do capítulo V, a finalidade é divulgar um pouco mais a história da cidade de Manaus através das praças supracitadas e localizadas no Centro Histórico da Cidade. Desta forma, acredita-se que o estudo realizado contribuiu para alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

Seguindo esse pensamento, pode-se afirmar que a identidade é fortalecida quando se preserva o passado, vivenciando-o no presente. Assim, a identidade se concretiza quando há preservação dos monumentos e locais que realmente estejam ligados à história e ao desenvolvimento desse povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

_____ (2007). **Cultura e Turismo: Discussão Contemporânea**. Campinas, SP: Papyrus.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da história: Manaus de 1910 – 1940**. (Dissertação de Mestrado), UFAM – AM: 2008

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3 ed. Brasília, 2010;

CARVALHO, P. (2010): “**Turismo cultural, patrimônio e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades?**”. In SANTOS, M. (Org.), **Turismo cultural territórios e identidade**. IPLeiria/Afrontamento, Porto, pp. 123-158.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: História, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá, 2005.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Ednea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. 2ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural – Recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. 1 ed. Manaus: Ed. Midia Ponto Comm, 2009.

GARCIA, Etelvina. **Manaus, Referências da História.** 2. ed. ver. Manaus: Norma Ed., 2005

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, STUART. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISAAC, R. (2008): “**Understanding the behaviour of cultural tourists: towards a classification of Dutch cultural tourists**”. NHTV International Higher Education Breda, Netherlands.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico.** 5 ed. ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MARUJO, N. (2014): “**A Cultura, o Turismo e o Turista: que relação?**”. TURYDES – Revista de Turismo y Desarrollo. 6(15), p. 1-12.

MESQUITA, Otoni. **La Belle Vitrine Manaus (1890-1910).** Manaus: FAPEAM, 2009

_____. **História e Arquitetura (1852-1910).**3 ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

NASCIMENTO, Maria Evany.do. **Monumentos Públicos do Centro Histórico da Manaus.** Manaus: Editora Valer, 2003

PRODANOV, CLEBER CRISTIANO; FREITAS, ERNANI CESAR DE. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.**2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 -[Coleção Quapá].

SILVA, Fernando Fernandes. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. 2 ed. São Paulo: Petrópolis, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Patrícia Rodrigues. **Propondo o alisamento do espaço: disputas em torno da “Manaus moderna”**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 215 - 254. jan./abr. 2016.

VAQUERO, M. (2006): **“La ciudad histórica como destino turístico”**. ARIEL, Barcelona.